



F a c u l d a d e
Albert Einstein

**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa
com ênfase em Produção Textual**

VANDER LÚCIO RIBEIRO

**LINGUAGEM JURÍDICA E COMUNICAÇÃO: avaliação da utilização da
Internet na divulgação das decisões do Superior Tribunal de Justiça**

Brasília

2010

VANDER LÚCIO RIBEIRO

LINGUAGEM JURÍDICA E COMUNICAÇÃO: avaliação da utilização da Internet na divulgação das decisões do Superior Tribunal de Justiça

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Albert Einstein, em cumprimento parcial às exigências do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa com ênfase em Produção Textual, para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a MSc. Helena Roriz Taveira

Brasília

2010

Dedico este trabalho à minha amada esposa e amiga, Viviane, por seu companheirismo, sem o qual não teria trilhado os caminhos que me trouxeram até aqui.

Não basta que se dê ampla divulgação aos julgamentos, é necessário que o juiz torne compreensível o conteúdo do que foi decidido.

(Min.Nancy Andrighi)

RESUMO

O presente trabalho decorre do fato de que é consenso, entre grande parte da população brasileira, que o Poder Judiciário é um poder distante, antiquado, lento e burocrático, conforme aponta pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em 2004. Sob o tema *Linguagem jurídica e comunicação: avaliação da utilização da internet na divulgação das decisões do Superior Tribunal de Justiça*, procedeu-se à pesquisa bibliográfica que procura demonstrar, face à busca pela “inclusão jurídica” do cidadão brasileiro, a importância da comunicação digital na disponibilização, à sociedade, de informações relativas aos julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No trabalho busca-se, ainda, detalhar os esforços empreendidos pelo Tribunal no sentido de dotar a instituição dos recursos necessários à efetivação de uma maior interação com o cidadão, de forma a possibilitar que o órgão atinja sua visão de futuro, que é de “ser reconhecido pela sociedade como modelo na garantia de uma justiça acessível, rápida e efetiva”. A pesquisa aborda a questão da adequação da linguagem jurídica como forma de viabilizar a divulgação de decisões judiciais, junto ao público externo, por meio da internet. Nesse sentido, são apresentadas considerações de especialistas acerca dos temas linguagem e comunicação, bem como são detalhados a evolução da comunicação digital no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e o processo de elaboração e divulgação de notícias referentes a decisões proferidas por magistrados daquela Corte. Embora inexistam indicadores de desempenho que permitam avaliar o impacto da divulgação, na internet, das decisões proferidas pela Corte, o crescente número de acessos ao portal institucional revela que tem havido uma maior aproximação entre o Superior Tribunal de Justiça e a sociedade.

Palavras-chave: notícias do STJ; decisões do STJ; linguagem jurídica; Internet.

ABSTRACT

This paper derives from the fact that there is consensus among most of the population, that the Judiciary is a power far, outdated, slow and bureaucratic, as claimed by research conducted by the Associação dos Magistrados Brasileiros (AMA) in 2004. Under the theme *Legal language and communication: evaluating the use of Internet in disseminating the decisions of the Superior Court*, proceeded to the literature that seeks to demonstrate, given the quest for "legal inclusion" of a Brazilian citizen, the importance of digital communication in provision to society, information concerning the trial of the Superior Tribunal de Justiça (STJ). The paper also detail the efforts made by the Court in order to endow the institution of the resources needed to accomplish a greater interaction with citizens in order to enable the agency to reach its future vision, which is " be recognized by society as a model in ensuring affordable justice quickly and effectively. " The survey addresses the adequacy of the legal language as a way to enable the dissemination of judicial decisions, with the external audience through the internet. In this sense, are considerations of experts on the topics language and communication, and are detailed evolution of digital communication in the Superior Court of Justice and the drafting and dissemination of news regarding the decisions of judges of that court. Although there are no performance indicators to assess the impact of disclosure on the Internet, the decisions taken by the Court, the growing number of institutional portal access shows that there has been a rapprochement between the Superior Court and society.

Keywords: news of STJ; decisions of STJ; legal language; Internet.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1. O problema.....	10
1.2. Justificativa.....	11
1.3. Objetivos.....	13
1.3.1. Objetivo geral.....	13
1.3.2. Objetivos específicos.....	13
1.4. Metodologia.....	13
2. A LINGUAGEM.....	14
2.1. Significado e funções da linguagem.....	14
2.2. Escrita, língua e linguagem.....	15
2.3. Características da linguagem jurídica.....	17
3. A COMUNICAÇÃO.....	20
3.1. Conceituação e características.....	20
3.2. Natureza da comunicação.....	22
3.3. Comunicação digital.....	23
3.4. A imprensa através dos tempos.....	24
3.5. A notícia.....	27
3.5.1. A evolução da intermediação da notícia no Brasil.....	29
4. A COMUNICAÇÃO DO STJ COM O CIDADÃO.....	31
4.1. O Superior Tribunal de Justiça – atribuições e competências.....	31
4.2. O STJ na era da comunicação digital.....	32
4.3. O grande desafio da produção da notícia.....	36
4.4. A importância da internet na divulgação das decisões do STJ.....	39
4.4.1. Dificuldades.....	44
4.4.1.1. A vulnerabilidade do STJ.....	45
4.4.1.2. Linguagem jurídica.....	46
4.4.1.3. Captação da informação.....	47
4.4.2. O cidadão se interessa pelas decisões do STJ?.....	49
5. CONCLUSÃO.....	50
6. REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

A linguagem simplificada das decisões deve ser aliada a texto que faça o cidadão compreender o raciocínio jurídico.

Para que isso aconteça, sugere-se que o juiz divulgue, pela internet, textos que expliquem o conteúdo das decisões mais relevantes.

(Ministra Nancy Andriahi)

Trata o presente trabalho, de pesquisa bibliográfica motivada em razão do fato de que é consenso, entre grande parte da população brasileira, que o Poder Judiciário é um poder distante, antiquado, lento e burocrático, conforme aponta pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em 2004.

Considerando que a democratização do País resultou em significativas conquistas sociais, em que se busca a inclusão do indivíduo, a disponibilização de informações relativas aos julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ), órgão máximo na defesa do Estado de Direito, em matéria infraconstitucional, mostra-se imprescindível no processo de “inclusão jurídica” do cidadão brasileiro.

Para tanto, o uso da comunicação digital, em especial, a Internet, tem papel determinante no processo de divulgação institucional que objetiva, em última instância, possibilitar que o STJ atinja sua visão de futuro, que é de “ser reconhecido pela sociedade como modelo na garantia de uma justiça acessível, rápida e efetiva”. Não se pode, no entanto, falar de comunicação entre o STJ e a sociedade sem levar em conta o grau de adequação da linguagem utilizada pela Corte para divulgar seus julgados, especialmente a relativa à linguagem utilizada para divulgação das decisões pela internet, um dos veículos de maior penetração junto à sociedade.

A partir da premissa de que o cidadão deseja entender, de forma clara, o significado das decisões judiciais que possam interferir na sua vida, bem como considerando que a simplificação da linguagem jurídica e a divulgação de decisões, pela internet, contribuem para a aproximação entre o STJ e a sociedade, o presente trabalho foi concebido no sentido de ser possível proceder às seguintes verificações: se a linguagem utilizada, no portal do STJ, para divulgação das decisões da Corte, é adequada ao entendimento do público externo em geral; se o número de acessos ao portal do STJ, pelo público externo, é significativo e se tem aumentado; em que medida a simplificação da linguagem utilizada no portal do STJ, para divulgação das decisões da Corte, contribui para facilitar o acesso do público em geral às decisões da Corte; qual o tipo de matéria, divulgada no portal do STJ, mais acessada pelo público

externo; que informações deveriam ser veiculadas no portal para tornar o trabalho do STJ mais conhecido pela população; qual a contribuição dada, pelo portal, à imagem institucional do STJ.

No intuito de proceder às citadas verificações, o presente trabalho buscou, a partir de pesquisa bibliográfica bem como de pesquisa junto à Coordenadoria de Editoria e Imprensa, da Secretaria de Comunicação Social do STJ, obter dados que permitissem verificar em que medida o sítio do tribunal está cumprindo a função de servir de meio de comunicação para divulgar as suas decisões, em linguagem acessível, aos diversos segmentos da sociedade.

O desenvolvimento do presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos: *A LINGUAGEM*; *A COMUNICAÇÃO*; e *A COMUNICAÇÃO DO STJ COM O CIDADÃO*. As conclusões encontram-se consignadas em capítulo à parte, bem como as referências bibliográficas.

No capítulo intitulado *A LINGUAGEM* é apresentada uma abordagem teórica acerca dos significados e das funções relacionadas à linguagem humana e, em especial, acerca da linguagem jurídica, bem como sobre o fenômeno do uso da língua e da escrita como produtos da faculdade da linguagem. Nesse capítulo são descritas, ainda, as características da linguagem jurídica no que se refere à sua função de prestar-se ao estabelecimento da comunicação em meio aos atos de poder que permeiam a ordem jurídica. São abordadas questões relacionadas ao aspecto técnico da linguagem jurídica e à retórica que envolve o uso dessa linguagem, no que se refere à dificuldade que impõem à efetiva comunicação entre o Poder Judiciário e a sociedade.

O capítulo intitulado *A COMUNICAÇÃO*, contempla uma abordagem linguística acerca do processo que envolve a ação de transmitir e receber mensagens usando métodos convencionados, com destaque para a escrita. São apresentadas conceituações e características, destacando aspectos relacionados à comunicação organizacional, aquela que se constitui parte do processo de construção social da realidade no cotidiano da vida organizacional e que possibilita a criação de identidade e credibilidade da organização perante o conjunto da sociedade. O capítulo introduz o tema Imprensa, relatando sua evolução através dos tempos, conceituando e discorrendo sobre a atividade de divulgação de informações por meio de notícia jornalística, assim como acerca da evolução da atuação das assessorias de imprensa, intermediadores da notícia, no Brasil.

No capítulo que trata sobre o *A COMUNICAÇÃO DO STJ COM O CIDADÃO*, é apresentado um panorama acerca da organização e das principais atribuições e competências do STJ e são descritos os esforços que vêm sendo empreendidos,

desde 1997, pela instituição, no sentido de sua inclusão no mundo da comunicação digital, visando propiciar maior visibilidade e transparência às decisões proferidas pela Corte, destacando os recursos tecnológicos postos a serviço da divulgação de notícias do STJ, pela internet, junto ao público externo. O trabalho apresenta, ainda, uma abordagem acerca dos principais desafios enfrentados pelo Tribunal, desde 1996, no processo de estruturação do órgão com vistas à produção de notícias destinadas a manter a sociedade atualizada em relação às suas decisões, aborda questões relacionadas à importância da internet na divulgação das decisões do STJ e elenca as principais dificuldades relacionadas à divulgação de notícias de natureza jurídica, por meio da internet: risco relacionado à vulnerabilidade do STJ; complexidade da linguagem jurídica; e dificuldades de captação informação junto aos magistrados. Por fim, trata sobre uma questão de relevo para a compreensão de todo o processo de comunicação, via internet, entre o Superior Tribunal de Justiça e a sociedade, qual seja, o cidadão se interessa pelas decisões do STJ?

No capítulo destinado às conclusões está consignado o resultado da presente pesquisa bibliográfica, que busca responder à principal questão sob análise, *em que medida o site do Superior Tribunal de Justiça está cumprindo a função de servir de meio de comunicação para divulgar as suas decisões, em linguagem acessível, aos diversos segmentos da sociedade?*

1.1. O problema

Não é incomum o cidadão brasileiro, no seu dia a dia, deparar-se com decisões judiciais, sentenças ou pareceres jurídicos assemelhados a documentos cifrados que, se pouco esclarecem, muito divertem ou irritam, a exemplo do seguinte texto jurídico, autêntico:

Com espia no referido precedente, plenamente afinado, de modo consuetudinário, por entendimento turmário iterativo e remansoso, e com amplo supedâneo na Carta Política, que não preceitua garantia ao contencioso nem absoluta nem ilimitada, padecendo ao revés dos temperamentos constritores limados pela dicção do legislador infraconstitucional, resulta de meridiana clareza, tornando despicienda maior peroração, que o apelo a este Pretório se compadece do imperioso prequestionamento da matéria abojada na insurgência, tal entendido como expressamente abordada no Acórdão guerreado, sem o que estéril se mostrará a irresignação, inviabilizada ab ovo por carecer de pressuposto essencial ao desabrochar da operação cognitiva. (Consultor Jurídico: 2005, p.4).

Traduzido pelo advogado Sabatini Giampietro Netto, o assunto poderia ser assim entendido: “Um recurso, para ser recebido pelos tribunais superiores, deve

abordar matéria explicitamente tocada pelo tribunal inferior ao julgar a causa. Isso não ocorrendo, será pura e simplesmente rejeitado, sem exame do mérito da questão.”.

O texto anteriormente destacado, reunindo expressões frequentemente usadas pelos adeptos do “juridiquês”, constitui exemplo de indevida utilização da linguagem jurídica, dada impossibilidade de entendimento pela população em geral, constituindo-se em barreira ao acesso à justiça, pelo cidadão.

Segundo o célebre silogismo da juridicidade *Ubi homo, ibi societas. Ubi homo, ibi jus. Ergo, ubi societas, ibi jus*, onde houver sociedade haverá necessidade de observância do direito, da lei. O acesso ao texto jurídico é, pois, direito de todo cidadão, o que remete para a necessidade de simplificação da linguagem nele empregada, mantida a tecnicidade exigida.

Dessa forma, já que a utilização de linguagem desnecessariamente rebuscada privilegia grupos e afasta a população da justiça e visto que compete àquela Corte a responsabilidade por uniformizar a interpretação da lei federal brasileira, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito, cabe ao STJ, papel de destaque no processo da efetiva disponibilização do texto jurídico à população. Assim, convém analisar a adequação da linguagem utilizada pela Corte para divulgar seus julgados, especialmente a relativa à linguagem utilizada para divulgação das decisões pela internet, um dos veículos de maior penetração junto à sociedade.

1.2. Justificativa

Reiteradas críticas têm sido feitas à atuação do poder judiciário, no Brasil, em decorrência da desnecessária utilização de jargões e do abuso no uso de linguagem técnico-jurídica, o que resulta em uma linguagem rebuscada de difícil entendimento, em especial, por parte do cidadão comum.

Reconhecer a necessidade de simplificação da linguagem jurídica é o primeiro passo para a real democratização e pluralização da Justiça e, nesse contexto, os meios de comunicação, postos a serviço da sociedade, apresentam-se como importante ferramenta no processo de promoção do maior acesso da população à justiça.

No que se refere ao poder judiciário, a TV Justiça e a Rádio Justiça constituem veículos de comunicação de destaque para promover a divulgação das ações institucionais junto à população. Não menos importante, no entanto, é o portal do STJ (internet), criado para divulgar as ações da Corte e que, por sua versatilidade, baixo

custo e poder de penetração junto ao cidadão, apresenta vantagens comparativas que recomendam sua máxima e criteriosa utilização.

Nesses tempos, em que se busca a inclusão do indivíduo em todas as suas possíveis formas - social, tecnológica, cultural etc. - fazer uso racional dos recursos disponíveis para promover a sua “inclusão jurídica” apresenta-se como opção louvável, necessária e de grande impacto nacional, o que justifica o desenvolvimento da presente pesquisa.

Assim sendo, um levantamento acerca de como os textos, destinados à divulgação ao público em geral (jornalistas, advogados, partes, estudantes) pelo portal do STJ, são produzidos bem como acerca do acesso, por parte da população, às decisões da Corte, objetivos que se pretende alcançar com a presente pesquisa, pretende contribuir no esforço de democratização da justiça.

Para tanto, faz-se necessário, no âmbito da presente pesquisa, responder às seguintes indagações: o STJ promove a simplificação da linguagem utilizada nas decisões da Corte, quando necessário, com vistas à divulgação das mesmas ao público externo? Existe unidade técnica com atribuições específicas para promover simplificação da linguagem das decisões do STJ, quando necessário, previamente à sua divulgação? Existem procedimentos específicos para promover simplificação da linguagem das decisões do STJ, quando necessário, com vistas à divulgação pelo portal? Que profissionais atuam para promover simplificação da linguagem das decisões do STJ objetivando a divulgação pelo portal? Qual o critério de seleção das decisões do STJ que sofrerão revisão de linguagem? Existe controle de qualidade acerca da aderência da versão simplificada em relação ao texto original? Existe iniciativa administrativa no sentido da unificação e/ou simplificação da linguagem jurídica utilizada no âmbito do STJ? Existem indicadores que permitam aferir se o nível de acesso, pela população, às decisões divulgadas pelo portal do STJ sofre influência da linguagem utilizada? Se afirmativo, como a simplificação da linguagem afeta o público externo? Existe controle estatístico acerca dos acessos ao portal, pelo público externo? Caso afirmativo, como tem se apresentado o perfil de acesso ao portal? Existem indicadores que permitam avaliar se a divulgação, pela internet, das decisões do STJ, tem contribuído no esforço de universalização a justiça? Se afirmativo, como o tribunal avalia a contribuição da comunicação, pelo portal, no processo de universalização da justiça? Existem indicadores que permitam aferir como a imagem do STJ, perante a sociedade, é afetada em razão do trabalho de divulgação de notícias pelo portal? Se afirmativo, como a Corte avalia a contribuição da comunicação, pelo portal, no fortalecimento da imagem institucional? O que poderia ser melhorado no *site* para dar uma maior divulgação do STJ junto à sociedade.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo geral

Verificar em que medida o *site* do Superior Tribunal de Justiça está cumprindo a função de servir de meio de comunicação para divulgar as suas decisões, em linguagem acessível, aos diversos segmentos da sociedade.

1.3.2. Objetivos específicos

1.3.2.1 verificar se a linguagem utilizada, no portal do STJ, para divulgação das decisões da Corte, é adequada ao entendimento do público externo em geral.

1.3.2.2 verificar se o número de acessos ao portal do STJ, pelo público externo, é significativo e se tem aumentado.

1.3.2.3 verificar em que medida a simplificação da linguagem utilizada no portal do STJ, para divulgação das decisões da Corte, contribui para facilitar o acesso do público em geral às decisões da Corte.

1.3.2.4 identificar o tipo de matéria, divulgada no portal do STJ, mais acessada pelo público externo.

1.3.2.5 identificar que informações deveriam ser veiculadas no portal para tornar o trabalho do STJ mais conhecido pela população.

1.3.2.6 avaliar a contribuição dada, pelo portal, à imagem institucional do STJ.

1.4 Metodologia

O tema proposto foi trabalhado a partir de pesquisa bibliográfica a estudos que abordam as questões relacionadas à utilização da linguagem, em especial ao uso da linguagem técnico-jurídica no processo de comunicação e a efetividade dessa comunicação.

Foram levados em conta, ainda, os dados estatísticos e informações disponíveis na Coordenadoria de Editoria e Imprensa, da Secretaria de Comunicação Social do STJ bem como realizadas pesquisas diretamente junto ao *site* do STJ, acerca da comunicação daquela Corte junto ao público externo .

2. A LINGUAGEM

2.1. Significado e funções da linguagem

Para possibilitar o melhor entendimento acerca do tema sob pesquisa, qual seja, *LINGUAGEM JURÍDICA E COMUNICAÇÃO: avaliação da utilização da Internet na divulgação das decisões do Superior Tribunal de Justiça*, faz-se necessário uma abordagem teórica acerca dos significados e das funções relacionadas à linguagem, em especial, acerca da linguagem jurídica.

Em uma primeira análise, podemos afirmar que linguagem é o conjunto de códigos pelo qual nos comunicamos uns com os outros. O principal exemplo da linguagem humana são as línguas naturais, razão pela qual a língua é o solo comum da cultura de um povo e representa um dos mais fortes laços de união entre os membros de uma comunidade.

De acordo com o minidicionário “Aurélio”, *linguagem* significa o “uso da palavra como meio de expressão e de comunicação entre pessoas. Forma de expressão pela linguagem própria dum indivíduo, grupo, classe etc. Vocabulário, palavreado. No âmbito da linguística, conforme consta do “Dicionário de Linguística”, é definida como a “capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais ou língua, que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centro nervoso geneticamente especializado”.

É por meio, pois, desse sistema complexo de sinais arbitrários e de signos vocais, utilizado por um grupo social ou comunidade linguística, que se constitui uma língua particular por meio da qual o ser humano expressa seus pensamentos e se comunica. Assim, por exemplo, os pais, comunicam aos filhos não apenas suas experiências pessoais, mas algo muito mais significativo: as experiências acumuladas pelo conjunto da coletividade.

A linguagem, considerada a característica mais humana da nossa espécie, fazendo uso da língua, presta-se, pois, ao estabelecimento da comunicação entre os seres humanos, bem como à representação, dando forma a conceitos e significados presentes no pensamento do indivíduo.

Em sendo o homem dotado de *lógos*, ou seja, do atributo da razão, segundo a conceituação filosófica grega, é por meio da linguagem que se estabelece a diferenciação entre o homem e o animal. Nas palavras de Almeida (2002, p.203)

Não há homem sem linguagem e, do mesmo modo, não há acesso humano ao mundo que não seja através da linguagem. Desse modo, o mundo (humano) é sempre mundo de sentido, mundo compreensível, mundo de linguagem.

Conforme destaca Silveira (2009, p. 19), *Falar o que ninguém pode entender não é falar. A linguagem tem que ter sentido para o outro, sem isso não é linguagem.* Nesse sentido, a compreensão não se restringe ao simples captar o discurso senão a um processo muito mais complexo que envolve o diálogo entre as partes.

A linguagem representa, pois, a ferramenta pela qual se estabelecem e se mantêm as relações sociais, conforme ensina Lucy Santos (2010, p. 2),

Estudos que concebem a linguagem enquanto prática social oferecem elementos para compreender-se que, apesar da comunicação e da representação constituírem-se como funções da linguagem, elas não definem a sua natureza, pois a linguagem implica num fenômeno que extrapola tais funções. Concebe-se, portanto, que a linguagem é uma atividade constitutiva dos sujeitos, das relações sociais e das formas de organização da sociedade.

Para melhor delimitar o campo em que se estará tratando da linguagem jurídica e da comunicação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, convém destacar o interesse, no presente trabalho, pela função referencial da linguagem, também denominada informativa ou denotativa, ou seja, aquela em que a intenção do emissor, segundo ensina Lucy Santos (2010, p.3), *é apenas transmitir a mensagem, de modo claro e objetivo, sem admitir mais de uma interpretação, com a finalidade de espelhar a realidade, empregando palavras no sentido denotativo (..).*

2.2. Escrita, língua e linguagem

Em uma das concepções de Saussure, constante no *Dicionário de Comunicação* (Ática - 1987), língua é o “produto social da faculdade da linguagem”, bem como “um conjunto de conversões necessárias, adotadas pelo corpo social, para permitir o exercício da linguagem”.

Nas palavras de Santos (2007)

A língua é, portanto, um sistema de signos cujo seu funcionamento repousa sobre um certo número de regras, de correções. É um código que pretende estabelecer uma comunicação entre emissor e receptor. Um sistema de signos construídos pela associação de imagens auditivas a conceitos determinados (...) Para desvendar esta complexidade, o estudioso francês Roland Barthes, mestre da semiologia, completa a definição Saussure definindo *língua* como “a linguagem menos a fala”. Sendo uma instituição social e um sistema de valores, para Barthes, a língua é “uma instituição social, ela é parte social e não premeditada da linguagem; o indivíduo, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la, trata-se essencialmente de um contrato coletivo ao qual temos que nos submeter em bloco se quisermos comunicar”. Em *Cours de Linguistique Générale*, Saussure explicou: “para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada. Ela é, ao mesmo tempo, um produto social

da faculdade da linguagem e um conjunto de conversões necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. A língua constitui-se algo adquirido e convencional. Pode-se dizer, faz a unidade da linguagem"

A língua, segundo o conceito de que se constitui em um "sistema de sons vocais por que se processa numa comunidade humana o uso da linguagem" (Câmara Jr, 1968, p. 223), caracteriza-se por um aspecto de significativo dinamismo. Conforme destaca Cunha (1970, p.79) "Nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio, e ainda num só local apresenta um sem-número de diferenciações de maior ou menor amplitude."

Segundo Chagas (2007), estas variedades, porém, não prejudicam a unidade da língua ou a consciência daqueles que a utilizam como instrumento de comunicação ou emoção, em razão de que na comunicação, existe algo comum para o emissor e o receptor que lhes facilita a compreensão, a norma linguística que ambos adquirem da comunidade.

Considerando, pois, que a língua é produto das convenções e dos valores sociais, com vistas a tornar compreensíveis as intercomunicações entre os indivíduos e assegurar a sobrevivência e coesão das sociedades, o domínio das regras indispensáveis à consecução dos variados contextos comunicativos é imprescindível para o adequado entendimento da mensagem e, conseqüentemente, para o bem-estar do cidadão.

Por outro lado, mostra-se essencial que a utilização da linguagem jurídica, instrumento da justiça posto a serviço da sociedade, leve em conta os requisitos da norma culta sem, no entanto, sacrificar a comunicação.

Pensar em linguagem e comunicação implica, ainda, em considerar o fenômeno da escrita, base da organização da nossa sociedade e cultura contemporânea, como suporte nas diversas áreas de conhecimento e, de forma inequívoca, como instrumento de exercício de poder.

Segundo explica Lucy Santos (2010, p.2), citando Marcuschi (2000, p. 17),

Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento se tornou mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são inerentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um status mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder(...).

2.3. Características da linguagem jurídica

Segundo Silveira (2009, p. 21), o profissional da área jurídica é um dos que mais utiliza a palavra como instrumento e, portanto, ela deve ser, dentro de um texto, necessária e suficiente. A autora destaca que

Sendo o direito constituído por uma linguagem recheada de signos culturais, possui um elevado grau de “semioticidade”, especialmente pela variedade de conteúdos dos signos que emprega. Mendes (1996) elenca quatro aspectos da linguagem jurídica que demonstram a sua carga simbólica. A) a linguagem jurídica é constituída de prescrições formais, cuja eficácia depende de suas naturezas, de seus alcances, suas semiologias, sua aplicação; b) a linguagem jurídica é essencialmente performática, no sentido de que procura impor modalidades de comportamento; c) a linguagem jurídica institui competências, instaura realidades, cria situações e modifica estados; d) como código cultural, a linguagem jurídica estabelece padrões de preferência comportamental, em função do universo nacional (valores), do lugar e do tempo consignados. (MENDES, 1996, p. 42).

A linguagem jurídica, em razão de prestar-se ao estabelecimento da comunicação em meio aos atos de poder que permeiam a ordem jurídica, caracteriza-se por um discurso pouco objetivo no qual, segundo a autora, encontra-se implícita uma metalinguagem *“impregnada de (...) oportunismos de ações que alteram substancialmente as relações reflexivas entre sujeito e objeto”* (WARAT, 1984 apud MENDES, 1996, p.38). Existe consenso entre a maioria da população no sentido de que, entre as muitas mazelas do Judiciário, esse poder representa um sistema conservador e fechado, razão pela qual se mantém distante da sociedade.

Segundo pesquisa conduzida por Simone Aragão (2007, p. 19)

Embora o amplo acesso à Justiça seja um direito constitucional de todos, nem sempre é possível lançar mão disso, por se estar diante de um Judiciário extremamente fechado, fato que distancia a maioria da população do universo da Justiça. Essa separação se mostra de diversas formas, como, por exemplo, no caráter sagrado dos ritos judiciais, marcados pelo uso de vestes talares, como se os magistrados fossem profetas da verdade divina.

Diversos outros aspectos relacionados à *performance* do profissional do Direito contribuem para o isolamento do Judiciário e, conseqüentemente, para o fenômeno de separação entre a sociedade e os entes da justiça, com destaque para a utilização de uma linguagem própria - a linguagem jurídica.

Conforme explica Aragão (2007, p. 20),

Freitas (2002, p. 10) realizou um estudo das relações entre o mundo jurídico e a linguagem. Nele demonstrou que a linguagem surgiu como forma de manifestação da racionalidade e da expressividade características da natureza humana. Segundo Freitas, a linguagem estabelece a ligação entre os pensamentos humanos e a necessidade de vê-los concretizados. E o Direito surge nas sociedades como manifestação da racionalidade humana, imposta por normatividade, por meio da linguagem. Ou seja, o Direito só existe por

causa das relações interpessoais e porque existem diferentes linguagens e formas de concepção da realidade.

A linguagem jurídica, por possuir natureza técnica destinada a possibilitar a compreensão das diversas formas de expressão e aplicação do Direito é, inevitavelmente, complexa e específica, o que, por si só, já dificulta a compreensão, por parte do cidadão, da matéria de direito que se pretende comunicar. Agregue-se a isso, a farta retórica jurídica utilizada pela maioria dos magistrados brasileiros e teremos uma linguagem verdadeiramente incompreensível ao cidadão.

Nas palavras de Souza (in Silveira 2009, p. 22),

Em seu tratado *Retórica*, Aristóteles diferencia três tipos de retórica: deliberativa, judiciária e epidítica. A retórica judiciária, segundo Aristóteles, visava ao júri e tratava de eventos passados. Na linguagem de hoje, retórica é vista como sinônimo de empolgação, discurso pomposo. No sentido grego original, significava orador e se referia à arte de dizer, da eloquência, e tinha como objetivo original persuadir com a força dos argumentos e com a conveniência da expressão. (SOUZA, 2007, p.93).

Para uma melhor compreensão do fenômeno do uso intensivo da retórica na linguagem jurídica utilizada pelos operadores do Direito, no Brasil, Silveira (2009) destaca que

Desde a colonização portuguesa, o desejo da Corte sempre foi um Poder Judiciário afastado da população. Antônio Carlos Wolkmer (1994 apud CRISTIANI, 2007) diz que o modelo jurídico predominante durante os primeiros séculos de colonização foi, por consequência, “marcado pelos princípios e pelas diretrizes do Direito Alienígena – segregador e discricionário com relação à própria população nativa”, o que revela as intenções e o comprometimento da estrutura elitista de poder. A linguagem envernizada, ao lado do diploma em si e de toda a ritualística jurídica, tornou-se ferramenta chave para o acesso franqueado a esse universo. Ainda que todos sejam iguais perante a lei, apenas alguns compreendem o significado que a Justiça dá à lei.

Considerando, no entanto, que a aplicação do direito encontra-se intimamente ligada à utilização da linguagem própria, sua eficácia decorre da qualidade dessa mesma linguagem. Nas palavras de Sytia (in Silveira, 2009, p. 23)

Os vocábulos técnicos e a linguagem precisa exercem a função de contribuir para a compreensão do Direito e para a eficácia do ato da comunicação jurídica. [...] No Direito, o emprego da palavra deve ser exato, claro, conciso a fim de evitar sutilezas semânticas e dubiedades na interpretação e na aplicação das leis. (SYTIA, 2002, p. 24).

Por outro lado, Silveira (2009, p. 26) defende que, em sendo o discurso próprio um dos pilares da atividade jurídica, a utilização de uma linguagem autônoma e característica, rica em terminologia técnica, distingue o próprio Poder Judiciário conferindo-lhe identidade junto à sociedade. Para a autora,

A partir desses conceitos, sugerir a alteração da linguagem jurídica é pretender uma “refundação” do poder judiciário como instituição. Isso porque se trata de um sintoma da identidade da organização. Ela aponta para o objeto e dele é uma consequência. Sendo assim, só mudaria caso houvesse uma mudança na própria identidade. Algo que não é administrável, mas uma consequência de séculos de tradição e existência.

Não se pode, ainda, desconhecer o fato de que o uso de terminologia própria da área jurídica, em lugar de constituir-se mero artifício linguístico, forma-se e consolida-se em razão de necessidades concretas. Esse é o entendimento que defende Pereira (2009 apud SILVEIRA, 2009, p. 9), que acrescenta, ainda, que

Solicitar que se suprimam determinados conjuntos de termos é desprezar todo o consenso e evolução de uma determinada área ou subárea do conhecimento humano. Logo, a terminologia jurídica em textos legais como se apresenta é um fenômeno social. (PEREIRA, 2009, p. 3).

Ocorre, no entanto, segundo defende a mesma autora, que

Analisando o Poder Judiciário de hoje, verifica-se que já não reflete, em muitos aspectos, aquele de outros tempos, em que o rigor formal, a ritualística e a linguagem rebuscada compunham as cenas. Magistrado que, em outras épocas, escondiam-se detrás de pilhas de processos, hoje, ainda que numa amostragem tímida, preferem a divulgação de seus atos. O próprio processo, antes em papel, no judiciário do século XXI, é digital e acessível por qualquer computador conectado à internet.

3. A COMUNICAÇÃO

3.1. Conceituação e características

Comunicar-se constitui necessidade básica dos seres humanos. Em uma abordagem simplista, comunicação constitui-se na ação de transmitir e receber mensagens por meio de métodos e/ou sistemas convencionados (FERREIRA, 2003).

Segundo o “Dicionário de Lingüística”, comunicação “é a troca verbal entre um falante, que produz um enunciado destinado a outro falante, o interlocutor de quem ele solicita e escuta e/ou uma resposta explícita ou implícita” e, portanto, tem o caráter de intersubjetividade.

Conforme explica Santos (2007)

No sentido que lhe dão os teóricos e os lingüistas, comunicação é o fato de uma informação ser transmitida de um ponto a outro - lugar ou pessoa. A transferência dessa informação é feita por meio de uma mensagem (linguagem), que recebe uma certa forma, que foi decodificada. A primeira condição, com efeito, para que a comunicação possa estabelecer-se é a condição da informação, isto é, a transformação da mensagem sensível e concreta em um sistema de signos, ou código, cuja característica essencial é ser uma convenção preestabelecida, sistemática e categórica.

Duarte apud Lopes (2003, p. 47) assim define comunicação:

(...) O sentimento de partilha é o que define a comunicação, é construir com o outro um entendimento comum sobre algo. É o fenômeno perceptivo no qual duas consciências partilham na fronteira. O entendimento comum não quer dizer concordância total com os enunciados envolvidos na troca. O entendimento pode ser a conclusão das consciências que discordam dos enunciados uma da outra. A linguagem desponta, então, como objeto cultural de percepção do outro. A linguagem torna-se o plano no qual a zona de encontro pode ser desenhada mediante o diálogo

Nesta abordagem, Duarte explica que algo de “eu” passa a compor o outro e eu passo a ser composto pelo outro, formando um terceiro plano cognitivo, como uma das características da comunicação, ou seja, as consciências envolvidas deixam partes de si mesmas, sem se fundirem numa só, mantendo as experiências de cada ser, mas traz algo comum aos que estão na relação e redefine suas percepções pela partilha e comunicação.

Duarte também faz referência a Marcondes Filho (s/d) apud Lopes, 2003), que defende que “uma epistemologia da comunicação passa por tentar captar o que se dá no processo do encontro de planos cognitivos”. Observa que “(...) o movimento é o mais importante e que os elementos emocionais voláteis do próprio momento têm sua

própria razão, participam da comunicação, mas só podem ser percebidos enquanto transitam”.

Tal declaração tem a ver com a “natureza em fluxo” do fenômeno comunicativo, o que nos remete a um sentido de interação em movimentos sucessivos, dinâmicos e instantâneos. Referente à localização dos objetos da comunicação através do caminho da proposição filosófica, em ressonância com a definição etimológica, Duarte apud Lopes (2003, p. 51) declara:

Torna-se objeto da comunicação o fenômeno do encontro de planos cognitivos que pela percepção do outro são arrastados para uma fronteira criativa de novas formas cognitivas. Torna-se objeto da comunicação esta interface e suas propriedades, o processo de estabelecimento de vínculo que permite o desenho de uma fronteira.

Torna-se objeto da comunicação o que emerge, o terceiro plano que não havia antes do encontro de todas as partes dialogantes. Torna-se objeto da comunicação o estar em relação, ou melhor, a troca.

O campo da comunicação para o autor apud Lopes (2003, p. 51) pode ser teórico quando analisa a ontologia desses encontros e se preocupa com os processos que tornam comum um pensamento a um grupo que troca informações.

O campo pode ser empírico quando a mesma discussão ontológica considera a relação com os suportes nos quais os planos cognitivos estão atrelados. Tais suportes não são, necessariamente, objetos da mídia ou midiáticos, tais como televisão, jornais, rádio, etc, mas outros objetos da comunicação situados em manifestações artísticas, em linguagens de grupos específicos. Nesse ponto, Duarte apud Lopes (2003, p. 52) distingue objetos de mídia, conforme exemplos já citados e objetos de comunicação, mediante argumentação de que se tomarmos a comunicação como um fenômeno de percepção e troca.

(...) “não podemos reduzi-la a transmissão de informação, ou seja, os meios não são necessariamente de comunicação. Os meios podem veicular informação e a veiculação da informação é uma das etapas do estabelecimento da comunicação...”.

Consideram, ainda, relevante para o tratamento da comunicação as seguintes características (p.26): um processo de troca, ação compartilhada, prática concreta, interação – e não apenas um processo de transmissão de mensagens - atenção à presença de interlocutores, à intervenção de sujeitos sociais desempenhando papéis, envolvidos em processos de produção e interpretação de sentidos mais do que simples emissores e receptores; identificação dos discursos, formas simbólicas que trazem as marcas de sua produção, dos sujeitos envolvidos, de seu contexto – e não exatamente mensagens - apreensão de processos produzidos situacionalmente,

manifestações singulares da prática discursiva e do panorama sociocultural de uma sociedade – em lugar do recorte de situações isoladas.

Na coletânea organizada por Lopes (2003), Maia e França (p.187-203) retomam a discussão conceitual sobre a perspectiva relacional da comunicação como processo de produção de sentidos entre sujeitos interlocutores, processo marcado pela situação e interação pelo contexto sócio-histórico.

Lopes (2003) menciona a contribuição das ciências da linguagem para a base conceitual e metodológica, mas adverte que se ater somente ao estudo dos signos é limitante. Destaca a existência do “fora do texto”, remetendo para o sujeito da comunicação, como sujeito social e da linguagem, um sujeito em relação, uma vez que estudar a comunicação a comunicação é estudar a relação entre sujeitos interlocutores.

3.2. Natureza da comunicação

Referente à natureza da comunicação, Canale (1995) apresenta, com base em diversos autores, as seguintes características (p. 64): é uma forma de interação social e, em consequência, se adquire normalmente e se usa mediante a interação social; implica em alto grau de imprevisibilidade e criatividade na forma e conteúdo; tem lugar nos contextos discursivos e socioculturais que regem o uso apropriado da língua e oferecem referências para a correta interpretação das expressões; realiza-se sob limitações psicológicas e outras condições como restrições de memória, cansaço e distrações; sempre tem um propósito (por exemplo, estabelecer relações sociais, persuadir ou prometer); implica uma linguagem autêntica, oposta à linguagem inventada dos livros e textos; julga-se que se realiza com êxito ou não sob a base de resultados concretos.

Diante das características sobre a natureza comunicativa defendida por Canale (1995), podemos realizar reflexão transpondo-as para o contexto específico da comunicação organizacional.

A forma de interação social que se adquire e se usa normalmente pode ser inserida na perspectiva de que a comunicação organizacional é parte do processo de construção social da realidade no cotidiano da vida organizacional, possibilitando a criação de identidade e credibilidade da organização perante o conjunto da sociedade.

A comunicação tem lugar nos contextos discursivos e socioculturais buscando o uso apropriado da língua, o que requer conhecimento e habilidade em relação aos anseios e expectativas dos públicos.

Portanto, as características apresentadas por Canale (1995) sobre a natureza da comunicação transportada para o contexto da comunicação organizacional demonstram plena adaptabilidade aos vários meios de comunicação.

3.3. Comunicação digital

Segundo Arnt (2002), a informática percorreu um longo caminho, até adquirir a função de escrita. O autor relata que

Entre 1960 e 1985 o progresso da informática foi prodigioso, permitindo o aumento da capacidade de armazenamento de informação e de "inteligência" dos computadores. Os avanços da telemática - a combinação da informática com as telecomunicações -, entre os anos 1990 e 2000, permitiram o uso dos computadores no campo da comunicação. É a partir desse momento que ... começa a se configurar uma nova linguagem e novas articulações entre informação e conteúdos sócio-culturais.

O autor relata, ainda, que até 1975 os computadores prestavam-se, basicamente, a cálculos científicos e aritméticos. Somente a partir de 1980, cinco anos após o aparecimento do microcomputador, são aprimorados programas de tratamento de texto e a partir de 1987, a escrita manuscrita e a língua falada começam a receber tratamento digital. Segundo Arnt (2002)

A tecnologia digital torna-se, nesta última etapa de desenvolvimento técnico, uma mídia. Para o sociólogo Jean-Marie Charon, sempre que surge uma nova mídia ocorre, no primeiro momento, um mimetismo com os meios já existentes, até que ela encontre a sua própria linguagem, ao mesmo tempo ocorre uma reacomodação das mídias mais antigas. A tendência da mídia digital, até o momento, é a reprodução da especialização dos meios impressos e eletrônicos e a complementaridade entre as mídias tradicionais e suas versões online.

Desse modo, segundo o autor, não se configura, ainda, uma nova linguagem jornalística no meio digital. No entanto, novos formatos estão se desenhando e o sistema digital de informação, colocado em funcionamento através da Internet, deve ser analisado em sua dupla perspectiva: como fonte primária de informação - condição de acessibilidade aos dados - e como sistema de ordenação e transmissão de notícias.

Os jornais online nascem, de maneira incipiente, desde o primeiro momento da Internet. Começam com algumas poucas notícias, depois com as versões integrais dos jornais e, finalmente, com a disponibilização das edições antigas dos jornais impressos. Só recentemente, com os sistemas avançados de bancos de dados aliados ao aperfeiçoamento dos sistemas de busca e indexação, os jornais viabilizaram a pesquisa temática, nas edições antigas. Em 1997, acontece uma verdadeira explosão do jornalismo online, com os grandes jornais mundiais criando versões digitais mas, também, com o aparecimento de jornais independentes, de opinião. Neste momento, intensifica-se a tendência de portais e provedores se especializarem em notícias. A efervescência do jornalismo na Internet, comprova a apropriação do meio com a finalidade de

informação, apontando para a necessidade social da comunicação. (ARNT, 2002).

Com a tecnologia digital criou-se um tipo de informação cuja característica é a complementaridade com o impresso, em um intrincado fluxo de informação, que passa a exigir maior especialização entre as diferentes mídias com vistas a atender às demandas de setores, segmentos e grupos da sociedade contemporânea. Nesse contexto, a atividade jurídica também coloca-se como fonte de informações que gera demanda por grupos de indivíduos da sociedade.

Nas palavras de Oliveira (2006, p. 75),

No mundo digital, com o fluxo feroz de informações recebidas pela maior parte da população, o Poder Judiciário tem o desafio de dar um salto no tempo, transpondo alguns séculos das togas e ritos, para o mundo globalizado, caracterizado pela intensa circulação de pessoas, bens, capitais e tecnologia através das fronteiras, influenciando padrões culturais e trazendo, como consequências, problemas diversos que atingem todo o planeta, como a proteção dos direitos humanos, o desarmamento nuclear, o crescimento populacional e a poluição ambiental.

As inovações advindas da comunicação digital, utilizada maciçamente pela coletividade, provocaram demandas sociais de tal ordem que resultaram em mudanças culturais, inclusive nas rígidas e conservadoras instituições do judiciário brasileiro. Nas palavras de Silveira (2009, p. 29)

Desde o surgimento da internet e, por consequência, dos sites corporativos dos tribunais, o alvo da divulgação de informações judiciais passou a ser a sociedade como um todo. Por isso, a linguagem jurídica deve passar por uma tradução para a linguagem jornalística ... tarefa que se insere na nova cultura do judiciário, mas que não ambiciona uma mudança de identidade das organizações.

3.4. A imprensa através dos tempos

A trajetória do processo de comunicação do ser humano, iniciada de maneira oral, ou seja, diretamente entre pessoas, sofreu a primeira grande transformação com a criação da escrita, em razão da alteração da relação tempo/espço relacionada à transmissão e recepção da mensagem. Se, a princípio, a comunicação ocorria no momento da transmissão da mensagem, em um segundo momento a mensagem dissocia-se do sujeito que a criou e passa a ter tempo, espaço e significado próprios.

Segundo Aguiar (2010)

A informação passa a ser interpretada e reinterpretada diferentemente, pois seu significado não depende mais somente da transmissão direta e presencial do autor, mas também das variáveis de épocas e de contextos em que a obra está sendo lida, que, por sua vez, acabam influenciando na interpretação das pessoas. Aqui se enquadram todos os tipos de documentos escritos, inclusive a imprensa escrita.

A necessidade de comunicar-se, tão inerente ao ser humano, fez com que surgisse a imprensa, cujas primeiras manifestações datam de antes do século XXVIII a.C, com as reproduções da escrita obtidas sob um suporte de cera ou de argila, conforme achados obtidos nas antigas cidades da Suméria e da Mesopotâmia.

A *Acta Diurna*, gravada em tábuas de pedra e datada de 59 a.C, continha fatos diversos, notícias militares, obituários, crônicas esportivas, entre outros assuntos do cotidiano romano. Era afixada em locais públicos e pode ser considerada o primeiro jornal regular de que se tem notícia. O jornal em papel, no entanto, teve origem em Pequim, na China, com a publicação, a partir de 716 d.C, do panfleto Notícias Diversas. A invenção do tipo móvel, em 1041, também na China, e mais tarde, da prensa móvel, em 1440, pelo alemão Johannes Gensfleisch zur Laden zum Guttenberg, que também pesquisou sobre papel e tinta, possibilitou, de fato, o surgimento da imprensa.

Segundo afirma Hewitt (2007 apud SANTOS, 2007, p. 12)

A publicação de livros mais baratos descentralizou o poder do conhecimento e mudou para sempre a estrutura da sociedade. A possibilidade da leitura tirou da mão da elite o papel de interpretação abalizada e permitiu que os membros da classe média burguesa avaliassem eles mesmos a informação. As idéias podiam circular sem o controle das hierarquias estabelecidas, permitindo novos pontos de vista, inovações e uma liberdade pessoal muito maior. O presente da página impressa, dado por Gutemberg [sic], foi um convite a uma compreensão renovada das coisas, sem esquecer a nova responsabilidade da reflexão crítica.

Data de 1605, na Alemanha, a primeira publicação impressa periódica regular, com circulação semanal, e de 1621, na Inglaterra, o primeiro jornal particular de língua inglesa, embora somente nos séculos XVIII e XIX, conforme destaca Santos (2007, p. 13) os líderes políticos percebem o seu grande poder de influência e proliferam os jornais de facções e partidos políticos.

Segundo a autora, é a partir do século XIX que os empresários descobrem o potencial comercial do jornalismo e que, portanto, surgem as agências de notícias ou de imprensa e as publicações assumem formato semelhante ao dos moldes atuais.

Data do século XIX, a invenção do telégrafo, que conferiu celeridade à transmissão de informações e o seu envio a longas distâncias. A invenção da máquina rotativa de impressão, que amplia a capacidade de distribuição da notícia; o telefone; a fotografia; o linotipo e o cinematógrafo - recursos que impactaram diretamente a atividade da imprensa.

Nas palavras de Santos (2007, p. 16)

Mas foi na década de 70, em 1973 mais especificamente, que a edição jornalística passa por nova mudança: os primeiros terminais computadorizados.

A fotocomposição começava a substituir a linotipia. No jornal *Minneapolis Star*, começa a ser testado um sistema que possibilitava a diagramação eletrônica e o envio das páginas diretamente para a impressão, o que eliminava o processo de composição manual.

A partir de 1975, surge o microcomputador e dá-se início à utilização dos computadores como meio de edição de texto, o que marca o início do processo de digitalização da comunicação, completada com o advento da internet. A tecnologia digital, na medida em que passa a utilizar os computadores como editores de texto, impactando as tradicionais formas de escrita, além de ampliar o campo da comunicação, permite a ampliação do acesso ao vastíssimo acervo de obras, informações e produções culturais, de todos os tempos, alterando, assim, a relação da comunicação com a leitura, com a informação e com a história.

A partir da utilização dos meios de comunicação de massa, rádio, cinema e televisão, amplia-se o alcance da mensagem pela possibilidade da multiplicidade de receptores. Porém, somente com o advento da comunicação digital surge o diálogo entre os interlocutores e a mobilidade da informação, condições que tornaram viável a existência da internet.

Aguiar (2010) destaca que

O significado de comunicação no contexto digital se mantém, porém as variáveis que envolvem o processo se alteram: a realidade ou situação no ciberespaço torna-se qualquer lugar em qualquer tempo; para os interlocutores que participam da transmissão da mensagem há a possibilidade de interagir através de qualquer um dos três dispositivos comunicacionais (um-um, um-todos e todos-todos); os signos empregados para transmitir as mensagens podem se dar de diversas maneiras: texto, som, imagem e vídeo, ao mesmo tempo ou isoladamente; os meios são novos (e-mail, chat, grupos de discussão etc.) e todos esses fatores acabam alterando o próprio conteúdo da mensagem transmitida... Desde primórdios da civilização humana o homem tem impellido esforços na tentativa de criar e/ou aprimorar a comunicação humana. Assim, a evolução dos meios de comunicação retrata a própria evolução da sociedade, pois representa as relações, os anseios e as necessidades de cada época.

Com o advento da internet comercial, iniciada no Brasil em 1992, abre-se um espaço sem precedentes na história da humanidade para a atividade comunicacional. Dá-se início ao Webjornalismo, jornalismo on-line, ciberjornalismo, jornalismo eletrônico ou jornalismo digital que, evoluindo de uma versão dos jornais impressos, adquiriu características próprias.

Segundo relata Souza (2007, p. 34)

Se antes os jornais digitais eram cópias fiéis de suas versões impressas, esse cenário começa a mudar com o *The Wall Street Journal*, em 1995. Primeiro veículo a oferecer interatividade e conteúdo personalizado como princípio básico, ele enviava textos personalizados a telas de computadores. O assinante é quem escolhia o conteúdo e a formatação... O ano de 1995 foi o marco inicial da implantação da internet no Brasil. Neste ano também surge o primeiro veículo on-line do país.

O ano de 1997 marca a expansão do jornalismo on-line com os grandes jornais no mundo todo criando suas versões digitais, com o surgimento dos jornais independentes e com a proliferação de portais e provedores especializados em notícias. Atualmente, praticamente todos os jornais oferecem aos usuários *sites* diferenciados, com equipes exclusivas e *links* para outros *sites*, portais, áudio, vídeos, animações e outros elementos de multimídia - a denominada hipertextualidade (ADGHIRNI, 2005, apud santos, 2007).

O jornalismo digital, nos moldes atuais, passa a distinguir-se do jornalismo tradicional pelo fato de que as notícias, em lugar de 'circuladas', passam a ser 'disponibilizadas'" e o consumidor passa a "formatar" seu jornal de acordo com seus interesses e preferências. Por meio do jornalismo on-line passa a existir instantaneidade, interatividade, perenidade (memória, capacidade de armazenamento de informação), multimediação, hipertextualidade e personalização de conteúdo (customização).

3.5. A notícia

Segundo definição da Wikipédia, *a notícia é um formato de divulgação de um acontecimento por meios jornalísticos. É a matéria-prima do Jornalismo, normalmente reconhecida como algum dado ou evento socialmente relevante que merece publicação numa mídia. Fatos políticos, sociais, econômicos, culturais, naturais e outros podem ser notícia se afetarem indivíduos ou grupos significativos para um determinado veículo de imprensa.*

A notícia deve atender a quatro principais características: novidade, proximidade, tamanho e relevância. Notícias têm valor jornalístico apenas quando acabaram de acontecer, ou quando não foram noticiadas previamente por nenhum veículo e devem referir-se a tema ou local que seja de interesse ou próximo ao leitor.

Além disso, no que se refere à informação online, deve-se levar em conta a capacidade do ser humano de absorver ou digerir o excesso de informação. Excesso de informação é igual a informação zero, afirmam os matemáticos. Para Dominique Wolton apud ADGHIRNI e RIBEIRO (2000), o tempo do homem não é o tempo da mídia e ele condena a "tirania da informação".

Segundo a mesma fonte, a "arte" do Jornalismo é escolher os assuntos que mais interessam ao público e apresentá-los de modo atraente. Nem todo texto jornalístico é noticioso, mas toda notícia é potencialmente objeto de apuração jornalística.

Quanto ao papel do jornalista, seja ele da Internet ou da mídia tradicional, Adghirni e Ribeiro (2000) afirmam que não se limita a difundir uma notícia, *“Ele a decompõe, coloca-a em perspectiva, compara-a a outros fatos da atualidade. O essencial do trabalho do jornalista permanece o mesmo: coletar a informação e divulgá-la da maneira mais justa, mais honesta e mais responsável possível dando ao leitor os fatos contextualizados e ponderados”*

Se cabe ao jornalista coletar e divulgar a informação, cabe às organizações, especialmente as públicas, adotarem comportamento pró-ativo buscando a transparência de suas ações e a interação com a sociedade, por meio da utilização da mídia. Segundo Maristela Mafei apud Santos (2007),

Está mais clara... a ideia de que é preciso adotar um comportamento pró-ativo e ir à imprensa para divulgar ações positivas, resultados alcançados, novos produtos e programas lançados, entre outros assuntos. Está disseminada a percepção de que a boa imagem ajuda a vender (MAFEI, 2004, p. 57).

No Brasil, o direito à informação é garantido pela Constituição Federal e é um dos alicerces do Estado Democrático de Direito, além de instrumento indispensável à concretização do princípio republicano e à consolidação da cidadania. A Carta Magna assegura a todos o acesso à informação, resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, e prevê que nenhuma lei conterá dispositivo que possa significar "embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social", desde que não seja anônima, garanta o direito de resposta, não viole a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Segundo defende Eid apud Santos (2007, p. 61)

O Estado verdadeiramente democrático tem o dever de prestar contas à sociedade e interagir com todos os seus segmentos. O canal mais amplo e eficaz para o exercício dessa responsabilidade é a mídia jornalística, desde a grande imprensa, rádio e tevê, passando pela Web, até jornais e publicações especializadas, empresariais, de entidades de classe e do Terceiro Setor. (EID, 1988, p. XV)

A veiculação de notícias, a partir de 1906, passou a contar com a participação de um novo ator, o assessor de imprensa, cuja atividade estaria calcada em princípios éticos e morais capazes de garantir-lhe a necessária confiabilidade. Segundo Chinem apud Santos (2007, p. 53), o jornalista americano Ivy Lee iniciou a atividade de envio de matérias e informações atualizadas e precisas à imprensa, e relativas a temas de interesse do público e sobre instituições ligadas à indústria. Lee estabelecia, ainda, uma declaração de princípios das quais constava, desde então, como obrigação da assessoria de imprensa *divulgar, prontamente, para o bem das empresas e das instituições públicas, com absoluta franqueza, à imprensa e ao público dos Estados Unidos, informações de interesse para o público.*

Segundo a autora, foi, porém, a crise financeira mundial de 1929 e o subsequente considerável aumento da demanda por informações que elevou o papel da intermediação da notícia, feita pela assessoria de imprensa, aos patamares que conhecemos hoje.

O desemprego de 12 milhões de americanos pôs em xeque a fantasia da fartura que perdurava então e trouxe a realidade nua e crua de dificuldades financeiras. O patronato passou a ser hostilizado por trabalhadores e acionistas. Segundo Chaparro (2007), nessa época, "a informação tornou-se então uma necessidade vital para a sociedade americana". Era necessário esclarecer o que e por que acontecia. Era preciso, também, motivar o país para resistir e para ter a esperança de que a crise seria superada.

3.5.1. A evolução da intermediação da notícia no Brasil

O início da assessoria de imprensa no Brasil, exercendo o papel de intermediação entre as informações disponíveis em uma organização e os diversos públicos que ela atinge (CHINEM, 2003, p.13), data do início do século XX, com jornalistas atuando em gabinetes de divulgação de órgãos públicos, exercendo a atividade de distribuição de notícias à imprensa. A atividade coincide, ainda, com a instalação de indústrias multinacionais automobilísticas, ao final dos anos 50, época em que se fez necessário investir na formação de imagem dessas organizações perante a sociedade.

Porém, segundo Santos (2007),

... foi com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder que o Brasil testemunhou "o maior esforço até então realizado para unir práticas de relações públicas e de Assessoria de Imprensa com o objetivo de erguer a imagem de um governante... a *Voz do Brasil*, que conhecemos até hoje, por exemplo, foi criada nessa ocasião, mais especificamente em 1934, para reforçar a estratégia personalista de poder" (MAFEI, 2007, p.35). Nos anos 30, o governo federal transformou em política de Estado o controle e a disseminação de informação pela mídia.

Durante a ditadura militar, o trabalho dos assessores de imprensa passou a ser o de fazer propaganda do regime, por meio de uma estrutura centralizadora e manipuladora de informação, visando atender a uma estratégia de manutenção do poder o que, para alguns autores, entre eles Gerson Moreira Lima apud Santos (2007, p. 57), originou o difícil relacionamento entre os profissionais que atuam nas assessorias de imprensa e os veículos de comunicação.

O difícil relacionamento de órgãos governamentais com os jornalistas a partir de 1968, quando foi instalada a censura, ajudou a consolidar a imagem de que assessores de imprensa agiam como bloqueadores do fluxo de informação, como exigiam os novos donos do poder, processo similar ao que ocorreu mais fortemente com a área de relações públicas. Na maior parte do período em que o País viveu sob o regime militar, as assessorias de imprensa tinham como principal objetivo o controle da informação, com a produção em larga escala de

relises e declarações, evitando-se o acesso da imprensa à organização. (DUARTE et al. BARROS, DUARTE E MARTINEZ, 2001 , p.15 apud Santos, 2007)

A partir da redemocratização do País, nas décadas de 70 e 80, a liberdade de imprensa toma vulto e a busca por direitos sociais e dos consumidores faz com que se perceba a importância do restabelecimento da comunicação no âmbito da sociedade. Rompe-se a ligação até então existente entre Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, o profissional da notícia se qualifica e, conforme define Duarte apud Santos (2007, p. 58), caracterizam-se *as possibilidades éticas e técnicas da Assessoria de Imprensa ser um robusto e ativo suporte para informação da sociedade*.

Por fim, na década de 90, a área é impactada fortemente pelo advento da internet, na medida em que a notícia ganhou instantaneidade e abrangência ilimitada e o profissional de assessoria de imprensa fortalece sua atuação. Nas palavras de Torquato (2002, p. 7 apud Santos, 2007, p. 58) o profissional de comunicação organizacional *tem sido intérprete eficaz dos efeitos da globalização, principalmente no que se refere ao foco do discurso e à nitidez da identidade e imagem institucionais*.

O impacto da internet no processo de intermediação da notícia se fez presente, ainda, no processo de captação da informação visto que a fonte deixou de ser o indivíduo que retinha a informação e se deslocou para a própria instituição, conforme afirma Chaparro (3003, p. 48). Conforme discorre o autor

Aconteceu que as fontes fizeram uma revolução nos processos jornalísticos. Estudo o assunto há duas décadas, e estou convencido que o jornalismo vive agora a sua quarta grande revolução, cada uma delas vinculada a um determinado momento tecnológico ou político-cultural da civilização moderna: a revolução da notícia, que o telégrafo viabilizou; a revolução das tiragens, na fase da industrialização, com a rotativa, a linotipo e a zincogravura; a revolução da reportagem literária, nos ventos democráticos do pós-guerra; e, agora, a revolução das fontes, sob o impulso das tecnologias de difusão (as tais que criaram a possibilidade da notícia em tempo real , com instantaneidade universal) e da acelerada institucionalização das sociedades. Apesar de desprezadas pela cultura arrogante dos manuais de redação, as fontes se organizaram, adquiriram competência, poder e querer, transformando o jornalismo no espaço público das suas ações discursivas. Ou seja: incorporaram a notícia ao acontecimento que produzem. (CHAPARRO, Duarte, et al, 2003, p.48)

A intermediação da notícia no âmbito das instituições passou a revestir-se de tal relevância que, conforme defende Chinem (2003, p. 87), *Hoje, tanto no governo quanto no setor privado, nada se faz sem um bom trabalho de Assessoria de Imprensa*.

4. A COMUNICAÇÃO DO STJ COM O CIDADÃO

4.1 O Superior Tribunal de Justiça – atribuições e competências

No Brasil, cabe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), também chamado de “Tribunal da Cidadania” e criado pela Constituição Federal de 1988, a missão de guardião dos direitos do cidadão, garantindo o cumprimento das leis infraconstitucionais por meio do julgamento, em última instância, de todas as matérias não-especializadas, que escapem à Justiça do Trabalho, Eleitoral e Militar, e não tratadas na Constituição Federal, como do julgamento de questões que se referem à aplicação de lei federal ou de divergência de interpretação jurisprudencial.

O STJ atua, por exemplo, conhecendo do recurso caso um Tribunal inferior tenha negado aplicação de artigo de lei federal bem como na uniformização da interpretação das decisões dos Tribunais inferiores, em caso de divergência, conhecendo da questão e unificando, finalmente, a interpretação.

O STJ é composto de 33 ministros, indicados por lista tríplice feita pelo Plenário do Tribunal e nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, entre brasileiros profissionais do Direito, de notável saber jurídico e reputação ilibada, escolhidos entre juízes dos tribunais regionais federais, desembargadores dos tribunais de justiça dos estados, advogados e integrantes do Ministério Público.

Os ministros do STJ compõem, ainda, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o presidente do Superior Tribunal de Justiça preside o Conselho da Justiça Federal (CJF), órgão responsável pela supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus em todo o território nacional.

A função jurisdicional do STJ está distribuída, pelo critério da especialização, entre Corte Especial, três Seções e seis Turmas. A Corte Especial é composta pelos 15 ministros mais antigos do Tribunal. As seis Turmas do Superior Tribunal de Justiça são integradas por cinco ministros cada uma e as três Seções, pelos 10 ministros das turmas especializadas.

As causas que envolvem autoridades, como governadores de Estado, desembargadores e membros de Tribunais, são processadas e julgadas pela Corte Especial.

A Primeira Seção, composta pelos dez ministros integrantes da Primeira e da Segunda Turma, aprecia matérias de direito público em geral, como as que dizem respeito a desapropriações, tributos, licitações, contratos administrativos etc.

A Segunda Seção, composta pelos dez ministros que integram a Terceira e a

Quarta Turmas, decide sobre matéria de direito privado em geral, como contratos, família, sucessões, propriedade industrial, comércio, falências, concordatas etc.

Aos dez ministros da Terceira Seção, que também integram a Quinta e a Sexta Turmas, incumbe o julgamento das causas que envolvem matéria penal em geral, como habeas corpus, bem assim questões previdenciárias.

Ao Plenário cabe dar posse aos membros do Tribunal, bem como ao seu presidente, ao vice-presidente e membros do Conselho da Justiça Federal; elaborar as listas tríplices para escolha de novos membros e propor ao Poder Legislativo a criação a alteração do número de membros do Tribunal, a criação e a extinção de cargos, entre outras atribuições.

De acordo dados constantes do Relatório de Gestão – Exercício 2008, elaborado pelo STJ, foram julgados naquele ano, 354.042 processos, o que representa um acréscimo de 7,2% em relação ao ano anterior. Cada relator proferiu, em média, 12.383 decisões, representando 4% a mais do que em 2007, cuja média foi de 11.901 decisões.

4.2 O STJ na era da comunicação digital

O Superior Tribunal de Justiça ingressou na era da comunicação digital em 1997, mesmo ano em que se deu a abertura comercial da internet no Brasil, inaugurando seu *site*, que incluía uma página de notícias.

Segundo Santos (2007, p. 81)

As matérias eram redigidas na Assessoria de Imprensa e enviadas via *fax* para as redações diariamente, mas apenas à noite uma pessoa atualizava as notícias na rede. Os recursos tecnológicos nessa época eram poucos e os redatores se revezavam entre dois computadores e uma sala apertada.

Segundo a autora, em 1998, graças a um vice-presidente que já integrara os quadros da imprensa brasileira, a Comunicação Social do STJ deixa de ser uma assessoria única abrangendo outras assessorias relativas às demais vertentes da área. Passa a ser exercida em ligação direta com o presidente da instituição e o setor de imprensa passa a ocupar uma sala no andar da presidência, grande o bastante para abarcar todo o seu pessoal.

Determinante para a efetiva inclusão digital do STJ, no que se refere à comunicação com a sociedade, foram os investimentos que possibilitaram à Assessoria de Imprensa contar com equipamentos de última geração em número suficiente para todos os repórteres – aqueles assessores responsáveis pela

cobertura das sessões de julgamento e pela captação de notícias.

No mesmo período é criado um comitê de imprensa, para recepcionar os jornalistas que viessem a fazer qualquer cobertura no Tribunal, e desenvolvido, pela área de informática do Tribunal, um sistema que permitia a inclusão direta de matérias no sítio da instituição.

O STJ, por iniciativa do Gabinete do Ministro-Diretor da Revista e em parceria com a Secretaria de Comunicação Social, cômico da necessidade de aproximação da sociedade, por meio da simplificação da linguagem jurídica, e objetivando, especificamente, levar as súmulas em linguagem mais acessível ao dia-a-dia dos cidadãos, desenvolveu textos e filmetes que, a partir de 2007, passaram a ser divulgados na TV Justiça e em diversos canais abertos e nas rádios.

A necessidade que derivou da redemocratização do Brasil, assim como uma visão modernizadora de seus dirigentes, possibilitaram ao STJ manter o compasso em relação à modernização da comunicação digital do País e uma efetiva comunicação com a sociedade, conforme preceitua Torquato apud Santos (2007, p. 79)

A comunicação deve ser entendida como um dever da administração pública e um direito dos usuários e consumidores dos serviços. Sonegar tal dever e negar esse direito é um grave erro das entidades públicas. Os comunicadores precisam internalizar esse conceito, na crença de que a base da cidadania se assenta também no direito à informação. (TORQUATO, 2002, p. 122).

O STJ se utiliza, atualmente, para comunicação pela internet, do *Website* ou Portal, uma das melhores ferramentas para divulgação de informações visto que se caracteriza por ser o local no qual se centralizam todos os tipos de informações para disponibilização a públicos variados.

Se antes, a divulgação dependia do interesse da imprensa, nos *sites* institucionais, conforme destaca Souza (2007), o assessor - em grande parte das organizações - conta com uma Sala de Notícias ou de Imprensa, desenvolvida especialmente para a disponibilização de material para os jornalistas e editores.

Conforme informações disponibilizadas no Portal do STJ, o sítio do tribunal utiliza a tecnologia *Really Simple Syndication* (ou distribuição realmente simples de informações), mais conhecida pela sigla RSS. Desenvolvido em linguagem XML, a RSS funciona como uma forma padronizada de distribuir notícias pela Internet. Por meio dela, o usuário “assina” o conteúdo informativo do *site* e passa a receber automaticamente suas atualizações, sem necessidade de visitar o endereço.

A RSS do STJ funciona de forma similar a de outros sítios que oferecem o serviço. Uma vez inscrito, o usuário que estiver conectado à rede recebe um *link* com o título e o primeiro parágrafo de cada nova notícia, tão logo ele seja publicada no *site* do Tribunal.

Mais que informação, o título é também um *link* para a matéria. Ao clicar nele, o usuário é automaticamente direcionado à página que contém a notícia que lhe interessa. Assim, ele ganha acesso imediato à informação desejada.

Em 2010, o STJ inaugurou sua página oficial de notícias no Twitter, serviço de microblogs disponível na Internet que segundo a Wikipédia, é uma rede social e servidor para microblogging que permite aos usuários que enviem e recebam atualizações pessoais de outros contatos (em textos de até 140 caracteres, conhecidos como "tweets"), através do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento.

De acordo com a mesma fonte, as atualizações são exibidas no perfil de um usuário em tempo real e também enviadas a outros usuários seguidores que tenham assinado para recebê-las. As atualizações de um perfil ocorrem por meio de site do Twitter, por RSS, por SMS ou programa especializado para gerenciamento.

Desde sua criação, em 2006, por Jack Dorsey, o Twitter ganhou extensa notabilidade e popularidade por todo mundo. A estimativa do número de usuários, em maio de 2009, baseada em pesquisas independentes, era de mais de 11 milhões e meio de contas de usuários.

Embora já tenha um alcance significativo, o twitter é uma ferramenta muito recente que se destaca por sua grande potencialidade em termos de comunicação digital, o que reforça o entendimento de que o Superior Tribunal de Justiça tem adotado postura de vanguarda no que se refere aos canais de comunicação mantidos com a sociedade.

Essa ferramenta tem sido utilizada por grandes empresas para a divulgação de suas marcas, através de constantes atualizações, sempre ligando o "consumidor" a uma página onde possa encontrar mais informações sobre o serviço ou produto oferecido. Além disso, o Twitter tem se mostrado um ótimo instrumento para o fortalecimento das marcas no ambiente virtual, pois agrega seguidores que recebem as atualizações enviadas pelas empresas, porém ainda é uma ferramenta que deve ser melhor explorada para esse fim.

No artigo publicado em 14 de abril de 2009, no The New York Times, a jornalista Claire Cain Miller afirmou que a utilidade mais produtiva do Twitter tem sido para aquelas empresas que desejam ouvir os clientes e oferecer reações imediatas às opiniões deles.

De acordo com uma pesquisa realizada pela agência Bullet, a maioria (61%) dos usuários do Twitter no Brasil é composta por homens na faixa de 21 a 30 anos, solteiros, localizados nos estados São Paulo e Rio de Janeiro. Na maior parte, são pessoas com ensino superior completo e renda mensal compreendida entre R\$ 1001 e R\$ 5000, público que gasta cerca de 50h semanais conectados à Internet e cerca de 60% dele é considerado formadores de opinião.

Sobre o uso da ferramenta por empresas, a pesquisa informa um cenário muito favorável. A maioria (51%) dos usuários consultados disseram achar interessantes os perfis corporativos, desde que sejam utilizados com relevância. Na pesquisa, foram consultados 3268 brasileiros por meio do site da Bullet e o Migre.me, no período de 27 a 29 de abril de 2009.

Algumas empresas mundiais, no entanto, estão proibindo o uso do Twitter, pois a limitação de 140 caracteres é supostamente prejudicial para um jornalismo e qualidade. Além disso, o escritor, roteirista, jornalista, dramaturgo e vencedor de um prêmio Nobel de Literatura, José Saramago fez uma dura crítica ao Twitter dizendo: *"Os tais 140 caracteres reflectem algo que já conhecíamos: a tendência para o monossílabo como forma de comunicação. De degrau em degrau, vamos descendo até o grunhido. Entretanto, o propósito do Twitter não é literário, mas informativo."* (Wikipédia, 2010).

Por meio do twitter, no que se refere à utilização no âmbito do STJ, os usuários poderão acompanhar, em tempo real, notícias sobre decisões, eventos e iniciativas institucionais, além de informações sobre atuação dos ministros. A página é programada para ser atualizada automaticamente e reproduz as chamadas para todas as notícias disponíveis no *site* do STJ.

A utilização da internet possibilitou, ainda, que o STJ avançasse na modernização de suas rotinas de trabalho. Assim, o Superior Tribunal de Justiça é, desde fevereiro de 2010, o primeiro tribunal quase totalmente virtualizado do mundo, conforme informa o STJ em matéria intitulada *STJ entra em definitivo na era virtual*, publicada em 21/3/2010, em sua página de notícias do portal na internet.

De janeiro de 2009 até o início de março de 2010, foram digitalizados cerca de 236 mil processos, dos quais, aproximadamente 65 mil puderam ser devolvidos aos tribunais de origem. A integridade dos dados é garantida por certificação digital, uma espécie de "cartório virtual" que faz com que o documento seja codificado de forma legível apenas por pessoas autorizadas. Atualmente, todos os processos administrativos no STJ tramitam apenas em formato eletrônico.

A digitalização de processos permitiu ao STJ o desenvolvimento de um trabalho mais integrado com todos os tribunais de justiça e tribunais regionais federais – como

o envio de processos por meio eletrônico –, além de inovações como a automação de julgamentos em todos os órgãos julgadores e o aprimoramento da gestão administrativa.

Segundo o Presidente, ministro Cesar Asfor Rocha, a iniciativa tem o objetivo de ampliar, cada vez mais, a transparência das atividades do STJ perante a sociedade e, assim, possibilitar mais rapidez aos julgamentos. Nas palavras do ministro, são mudanças *importantíssimas para o futuro do Judiciário brasileiro (...)* Dessa forma, ganha o STJ, a Justiça brasileira, o Judiciário como um todo e, principalmente, os cidadãos visto que, com a implantação definitiva do trabalho de virtualização, em poucos minutos os processos serão recebidos, registrados, autuados, classificados e distribuídos aos ministros relatores, ganhando-se celeridade no julgamento e consequente melhoria no atendimento jurisdicional oferecido à população.

4.3. O grande desafio da produção da notícia

As novas tecnologias trouxeram profundas mudanças no processo de produção e veiculação da mensagem escrita. Segundo Adriana Garcia Martinez apud Santos (2007),

Em menos de cinco anos de funcionamento da internet, aquela noção de ordem e de rotina produtiva ditada pelos meios industriais - em que o trabalho do repórter é apenas uma etapa na cadeia de produção que termina nas rotativas e na distribuição do produto do leitor - foi subvertida pelo ritmo frenético do noticiário no ciberespaço, que passou a buscar a instantaneidade para a mensagem escrita. (FERRARI, et al, 2007, p. 15)

Essa verdadeira revolução tecnológica impactou tão profundamente a comunicação do STJ com a sociedade que passou a ser vista como estratégica para a instituição, conforme relata Regina Célia Amaral dos Santos, em seu trabalho de pesquisa junto ao Superior Tribunal de Justiça, intitulado *No mundo on-line, um novo tipo de mediação*.

A partir de 1996, a Assessoria de Imprensa do STJ que, até então, não produzia material suficientemente atraente para a imprensa, passou a buscar em seu próprio quadro de servidores aqueles com formação em Jornalismo para montar uma equipe capaz de monitorar todos os acontecimentos que pudessem gerar notícia na instituição. Embora com conhecimento na área jornalística, em sua maioria não possuíam conhecimento de Direito necessário para proceder à cobertura das sessões de julgamento e aos demais eventos cotidianos, o que demandou esforços da instituição no sentido da capacitação dos servidores da área.

Segundo relata Santos (2007), começava-se a perceber o quanto era oportuna a profissionalização do setor visto que

O discurso jornalístico caracteriza-se pela aptidão de incorporar e mediar os discursos dos vários protagonistas dos processos sociais. Isso faz do jornalismo um cenário de interlocuções e macro-interlocuções, e uma linguagem organizadora de interesses em competição. São muitos os emissores com coisas a dizer, e todos têm direito a dizê-las. Alguns, os mais poderosos e os mais preparados, já se organizaram, têm as suas assessorias de imprensa e ocupam, cada vez mais, espaço, tempo e energias da mídia, agindo deliberadamente como fonte, na geração de conteúdos jornalísticos. A qualidade das fontes é, pois, pré-requisito da qualidade do jornalismo, em todos os segmentos. E a profissionalização jornalística da Assessoria de Imprensa contribui ou pode contribuir decisivamente para qualificação das fontes, enquanto partícipes essenciais dos processos jornalísticos. (CHAPARRO, 2007)

A área de Notícias, inicialmente restrita à comunicação interna, por meio de um *house organ* -o *Informe-se*-feito precariamente por uma única jornalista em papel A4, frente e verso, passou a publicar uma revista institucional distribuída a magistrados e universidade de todo o país, a *Mérito*, com tiragem de cinco mil exemplares, que trazia matérias mais aprofundadas sobre decisões que atingiam intensamente a sociedade, discussões sobre a necessidade de mudanças legislativas, artigos dos ministros.

Em razão de um maior investimento na área jornalística, o STJ passou a ter mais espaço na mídia revelando-se os desafios que a instituição passaria a enfrentar no que diz respeito às disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) - Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979, que proíbe expressamente que o juiz fale de um caso em julgamento.

Art. 36. É vedado ao magistrado: (...) III -manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistrado.

Presente tal restrição legal, bem como dada a aproximação entre a sociedade e o STJ, ampliou-se a necessidade de maior contato entre a imprensa e todos os magistrados da Corte, que, de *per si*, passaram a suprir de informações a sociedade, naquelas matérias sob sua análise.

A partir de 1998, o *site* do STJ passou a destinar a página central às notícias do Tribunal, disponibilizadas com mais regularidade, e foi criada a intranet, reservada para as notícias internas e para as notícias produzidas para a imprensa.

Nesse período, segundo relata Souza (2007), a visibilidade do *site* deu um salto quantitativo muito grande visto que pessoas comuns, operadores do Direito, jornalistas e ministros passaram a acessar o *site* para saber das últimas decisões do STJ, atingindo o objetivo de alcançar diretamente a sociedade.

Exemplo disso foi uma decisão envolvendo a definição de qual índice deveria ser aplicado ao saldo devedor dos contratos de mútuo para aquisição da casa própria, devido ao caos econômico provocado pelo Plano Collor. A redação da

Assessoria de Imprensa do STJ foi inundada de ligações. De jornalistas não. De mutuários. Desesperados, ligavam atrás de informações, receosos de perder o que investiram na compra de um imóvel. Nesse momento, pôde-se perceber o alcance -até então inédito -dos esforços empreendidos pelo setor.

Dado que a função de uma Assessoria de Imprensa é intermediar a relação instituição-imprensa, para que, a partir do resultado dessa relação, a sociedade seja atingida e, partindo-se do princípio de que a sociedade era, no final das contas, o público que realmente se queria atingir a área passou a dar atendimento a todos que procuravam o setor (SANTOS, 2007, p. 85).

A partir de 2002, as notícias passaram a ser produzidas objetivando, também, a sua veiculação na TV Justiça, canal a cabo administrado pelo Supremo Tribunal Federal, e na Rádio Justiça, sendo produzidas, inicialmente, na forma de adaptação do *release* produzido para a imprensa escrita e lido no ar, fosse ao vivo ou gravado. Não havia uma equipe específica para desenvolver as novas responsabilidades do setor.

Os investimentos na instalação de dois estúdios - um de rádio e outro de tevê - e na criação do Núcleo de Telejornalismo, para produzir matérias para veiculação na TV Justiça, e também atender a demanda das emissoras privadas tiveram como objetivo fazer com que as decisões do Superior Tribunal de Justiça se tornassem mais acessíveis à população.

Com as novas tecnologias, alguns ministros, durante o julgamento, passaram a utilizar *notebooks* ligados com a página de notícias aberta, monitorando todas as inserções de matérias e comentando, em muitos casos, aquelas notícias referentes ao colegiado do qual participavam.

Conforme destaca Souza (2007),

A eficácia do trabalho da área de comunicação do ST J era atestada pelos próprios magistrados. Isso porque os assessores redigem o material colhido das sessões de julgamento. A divulgação de uma decisão se dá antes mesmo que ela seja publicada no Diário da Justiça e passe a ser oficial, momento em que abre prazo para que se apresente recurso contra a decisão. Magistrados e advogados percebem que aquele trabalho destinado aos jornalistas, na verdade, é um trunfo poderoso para a área jurisdicional.

Em 2006 a assessoria passou a Secretaria de Comunicação Social, abrangendo um Núcleo de Editoria e Imprensa - responsável pelas funções habituais de uma Assessoria de Imprensa (relacionamento com a imprensa, elaboração e distribuição de *releases*, *clipping*, etc) aliadas às funções de comunicação interna, um Núcleo de Televisão, um Núcleo de Rádio e um Núcleo de Programação Visual e foram admitidos servidores por concurso público para sete novos cargos de nível superior com habilitação em Jornalismo. Os núcleos de Televisão e Rádio passaram a

contar com funcionários terceirizados para os cargos técnicos - como de operador de câmera, iluminador, operador de áudio, etc. - atendendo funções não incluídas nas especificações do concurso. A Secretaria de CS passou a ter também quadro próprio de repórteres.

A produção de notícias, no âmbito do STJ, contou ainda com novos recursos tecnológicos que deram agilidade à distribuição de material. Segundo relata Souza (2007),

A informática do ST J desenvolveu um sistema que permite programar a inclusão da matéria para a hora desejada. Já não é mais necessário disponibilizar um repórter para isso. O envio de *releases* tanto por fax quanto por e-mail também passou a ser agendado. Isso permitiu à Redação atingir as redações dos jornais matutinos, principalmente de rádio.

Ainda segundo explica a autora, todos os esforços empreendidos pelo STJ no sentido de dotar a instituição dos meios capazes de divulgar suas decisões, por meio da produção e divulgação de notícias, convergem para o objetivo maior de atingir a sua visão de futuro: "ser reconhecido pela sociedade como modelo na garantia de uma justiça acessível, rápida e efetiva". Dessa maneira, a comunicação passou a ser vista como importante estratégia institucional.

Conforme informado pela Coordenadoria de Editoria e Imprensa, da Secretaria de Comunicação Social, a pauta de matérias a publicar é realizada pelos próprios profissionais de jornalismo do Tribunal que, após a cobertura das sessões de julgamento, escolhem os processos julgados que trazem uma tese nova, teses que firmam a jurisprudência do Tribunal ou que atingem a sociedade brasileira, entre outras, para, após revisão objetivando simplificação da linguagem, serem divulgadas na forma de notícias, por meio do portal do Tribunal. O controle de qualidade acerca da aderência da versão simplificada em relação ao texto original é realizado por meio de revisão a cargo de, pelos menos, dois editores.

4.4. A importância da internet na divulgação das decisões do STJ

A importância da internet na divulgação das notícias referentes a decisões e atos administrativos do STJ, reflete-se na evolução estatística do número de acessos, do público externo, às informações do Tribunal disponibilizadas no sítio.

Segundo dados constantes do Relatório de Gestão – Exercício 2007, do STJ, foram produzidas, naquele ano, mais de 8.000 matérias, com 130 horas de programas no Rádio Justiça e na TV Justiça, e disponibilizadas 1.900 notícias na Sala de Notícias do Portal institucional.

Em 2008, tendo sido veiculadas, pela internet, 1.733 notícias, representando um aumento de 13,5% em relação ao ano anterior, verifica-se um aumento mais que

proporcional em relação ao número de acessos visto que, nesse ano, 7,4 milhões de internautas acessaram as notícias disponibilizadas naquela na Sala de Notícias do Portal institucional. O relatório de gestão aponta, como causa desse incremento

...a ênfase em temas que dizem respeito à vida do cidadão, refletindo com clareza a evolução da jurisprudência do STJ nas decisões que repercutem no dia-a-dia de milhões de brasileiros. Embora o aumento na produção anual de matérias jornalísticas de divulgação externa tenha sido de 6,7%, o salto geométrico obtido com o número de acessos comprova o êxito do foco adotado. A média de acessos às notícias atinge, por mês, 576 mil e por dia, 18.945.

Além da preocupação com a seleção de notícias que atendem ao interesse do público externo, o STJ buscou aumentar essa interação com a sociedade, promovendo a inserção, durante os finais de semana, de notícias com tratamento especial e diferenciado, relacionadas à evolução da jurisprudência do Tribunal. A efetividade dessa medida, reflete-se no número significativo de acessos que, em 2008, alcançou a marca de 71 mil.

O mencionado relatório revela, ainda, que a notícia mais acessada por meio do portal, com 33.319 acessos, no dia 15 de outubro de 2008, foi “Súmula expande proteção ao bem de família a pessoas solteiras, separadas e viúvas”.

Conforme informações obtidas junto à Coordenadoria de Editoria e Imprensa, da Secretaria de Comunicação Social do STJ, os dados referentes a 2009 aponta um aumento significativo de acesso do público externo às informações divulgadas pelo STJ, em relação 2008. Segundo relatório preliminar em elaboração pela citada Coordenadoria,

O clipping de notícias, instrumento de medição da inserção do STJ na mídia impressa e eletrônica (sites jurídicos, blogs, sites de notícias), registrou acréscimo de 122% da presença do Tribunal na mídia impressa (nacional e regional) e internet. Em 2008, foram clipadas 21.346 notícias - aos meses de junho e julho, nos quais não houve levantamento em função do processo de rescisão contratual no serviço de clipping, foram atribuídas a média mensal de 1.778). Em 2009, 47.396. Mesmo considerando o aperfeiçoamento do serviço de clipagem em relação à captura de notícias, é inegável o vertiginoso aumento de inserções.

No que se refere especificamente às notícias publicadas no portal, confirmou-se a tendência do aumento com crescimento de 38,5%, saltando dos 6,9 milhões (2008) para 9,5 milhões de acessos (2009). Também aumentou (12,1%) o acesso às notícias internas publicadas na intranet: 508.537 para 570.548.

Conforme destacado pela Coordenadoria, *a produção de notícias para o portal manteve-se praticamente estável em relação ao ano anterior - 1,8% a mais em relação ao ano anterior. O que cresceu, portanto, foi o número de acessos para determinados assuntos.*

Quanto à notícia mais lida em 2009, com 53.769 acessos, trata-se da matéria intitulada “Aprovação em concurso dentro do número de vagas dá direito à nomeação”. Os dez textos mais lidos em 2008 totalizaram 260.455 acessos, enquanto os dez de 2009, 378.389.

No Brasil, o Judiciário pode chegar a 36,4 milhões de brasileiros, quantidade de internautas ativos da rede no País, segundo dados da empresa Marketing Digital (2009). Em janeiro de 2008, eram 21,1 milhões de brasileiros, segundo apurado pelo Ibope/Net Rating, representando um acréscimo de 50,3% em relação a janeiro de 2007 e 100% em relação a janeiro de 2006. E esse número não pára de crescer.

O Brasil é o 5º país do mundo com o maior número de conexões à internet do mundo e o 1º em tempo médio de navegação na internet, com cerca de 48 horas mensais.

A Internet apresentou o maior índice de crescimento em relação a outros veículos de comunicação. Enquanto a internet cresceu 25%, em 2009, o rádio cresceu 6% e a televisão apenas 2,5%, em comparação a 2008. (MARKETING DIGITAL, 2009).

No que se refere ao perfil do público que acessa as notícias veiculadas pelo STJ, por meio da internet, levantamento de dados procedido pela referida Coordenadoria revela que as notícias mais acessadas em 2009, classificadas nos seguintes sete grupos, I – Institucional, II – Direito Público, III – Direito Privado, IV – Direito Penal, V – Direito Administrativo, VI – Direito Previdenciário, VII – Direito Constitucional e VIII – Corte Especial, foram:

I – INSTITUCIONAL

Pesquisa de Jurisprudência: ferramenta imprescindível ao bom advogado; Nota à Imprensa - (Presidente Cesar Rocha manifestou solidariedade aos Ministros Menezes Direito e Luiz); E-STJ: veja como será feito o cadastro de entes públicos; Jurisprudência em diversas publicações: muitas maneiras de conhecer o que se decide no STJ; STJ amplia acesso de advogados a cópias de processos; Saiba como vai funcionar a visualização de processos no portal do STJ.

II - DIREITO PÚBLICO

Ministério das Comunicações deve reabrir prazo para deficientes audiovisuais participarem de consulta pública (3º); STJ edita nova súmula sobre fraude de execução (5º); Quando a responsabilidade de reparar danos é do Estado (9º); Decisões do STJ esclarecem dúvidas sobre imposto de renda (11º); Primeira Seção pacifica várias questões repetitivas (15º); Súmula 409 trata de prescrição de ofício em execução fiscal; STJ revoga súmula e uniformiza novo entendimento sobre detalhamento de fatura telefônica; Nova súmula da Primeira Seção trata de incidência de ICMS sobre energia elétrica; Primeira Seção

edita súmula 393 sobre exceção de pré-executividade; Candidato que não assumiu cargo por ato ilegal do poder público recebe indenização; Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatórios; Restituição em dobro de cobrança indevida ocorre mesmo na ausência de má-fé; Precatórios podem ser usados para quitar débitos fiscais; Penhora deve recair preferencialmente sobre dinheiro em espécie, em depósito aplicativo; STJ rejeita recurso do cantor Marcelo D2; STJ revoga súmula e uniformiza novo entendimento sobre detalhamento de fatura telefônica; BHTrans não pode aplicar multa de trânsito; Nova súmula trata da notificação do contribuinte de IPTU.

III – DIREITO PRIVADO

STJ busca parâmetros para uniformizar valores de danos morais (2º); Apresentação do cheque pré-datado antes do prazo gera dano moral (6º); Ações em juizados especiais põem ter valor maior que 40 salários mínimos (7º); Segunda Seção aprova duas novas súmulas (8º); STJ decide o que é essencial ou supérfluo em penhora de bens do devedor (12º); Após desistir de imóvel, comprador tem direito à devolução de parcelas pagas corrigidas; Aborrecimentos limitados à indignação da pessoa não representam dano moral; MP pode recorrer para garantir nomeação a aprovado dentro do número de vagas do edital; Constituição de mora em contrato de leasing exige notificação prévia; Segunda Seção edita súmula sobre acúmulo de danos estéticos e morais; Xuxa, Marlene Matos e Rede Globo deverão pagar indenização por plágio; STJ mantém decisão que condenou Igreja Universal a devolver valor entregue por fiel; Segunda Seção aprova súmula sobre ação de revisão de contrato; Condomínio X moradores – como o STJ tem resolvido esses conflitos; Ação de Xuxa contra a Band permanece no Rio de Janeiro; Segunda Seção define prazo para prescrição de indenização do DPVAT; Transexual consegue alteração de nome e gênero, sem registro da decisão judicial na certidão; Questões sobre adoção têm decisões inéditas no STJ; Súmula do STJ sobre investigação de paternidade pode virar lei; Cúmplice de adultério não tem o dever de indenizar marido traído; Agora é lei: recusa em fazer teste de DNA presume paternidade; Emissora de TV e diretor terão que indenizar ator Thiago Lacerda por uso indevido de imagem; É possível desmembrar imóvel para aplicação de penhora parcial de bem; Em pedido de descontinuação de paternidade, vínculo socioafetivo prevalece sobre verdade biológica; Lei processual nova atinge execução de título judicial iniciada pelo rito antigo; STJ aprova súmula que permite juros superiores a 12% ao ano; Editora Abril vai pagar indenização por danos morais por artigo na Playboy; Mãe ganha direito de pedir em nome próprio alimentos em favor de filhos; Unidos da Tijuca é

multada por recorrer seis vezes contra dever de indenizar atriz da TV Globo; STJ não vai rever indenização devida por Romário a torcedor que jogou galinhas em campo; STJ inova no exame de diversas situações que envolvem direito de identidade; Súmula 410 pacifica questão sobre prévia intimação pessoal do devedor; Casada com comunhão universal, mas separada de fato, não tem direito à herança do marido; STJ analisa caso a caso o que é fortuito ou força maior; STJ aprova súmula regulando juros de contratos bancários; Pensão e partilha: controvérsias são decididas no STJ; Perda ou furto de celular obriga operadora a fornecer outro aparelho ou reduzir multa rescisória; Penhora de mão própria se equipara a depósito em dinheiro; Regime de separação de bens não impede partilha de patrimônio construído antes do casamento; Esclarecimento sobre tabela de precedentes de dano moral; STJ tem nova súmula sobre abusividade das cláusulas nos contratos bancários; Após desistir de imóvel, comprador tem direito à devolução de parcelas pagas e corrigidas; Corretor de imóveis não precisa concluir negociação para receber comissão; Nova súmula dispensa AR na comunicação ao consumidor sobre negativação de seu nome; Simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral; Spam com informações sobre processo por danos morais no STJ é falso; Súmula trata de indenização pela publicação não autorizada da imagem de alguém; Reconhecimento de paternidade pode ser feito em exame de DNA; Locador e locatário: uma mina de desentendimentos judiciais; STJ não vai rever indenização devida por Romário a torcedor que jogou galinhas em campo; Ação de beneficiário do DPVAT prescreve em três anos.

IV – DIREITO PENAL

Ações judiciais sobre relacionamentos amorosos têm respostas no STJ (Lei Maria da Penha) (14º); Código de Processo Penal: em busca de uma legislação efetiva; Exame criminológico não é obrigatório, mas, se for realizado, deve ser seguido; Terceira Seção aprova súmula sobre suspensão de prazo prescricional; Lei Maria da Penha pode ser aplicada a casos de namora independente de coabitação; Rito da Lei Maria da Penha também vale lesões corporais leves.

V – DIREITO ADMINISTRATIVO

Aprovação em concurso dentro do número de vagas dá direito à nomeação (1º); STJ garante nomeação de aprovados em concurso público dentro do número de vagas (10º); Nova súmula: visão monocular é razão para concorrer em vaga de deficiente.

VI – DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Sexta Turma define que concubina não tem direito a dividir pensão com esposa.

VII – DIREITO CONSTITUCIONAL

O conflito entre liberdade de informação e proteção da personalidade na visão do STJ.

VII – CORTE ESPECIAL

STJ apresenta novas súmulas (4º); Corte Especial determina cancelamento de súmula sobre indenização por acidente de trabalho (13º); Corte Especial aprova súmula referente aos juizados especiais; Súmula define início de contagem de prazo decadencial de ação rescisória; STJ edita número recorde de súmulas em 2009.

4.4.1. Dificuldades

A nova tecnologia digital, ao redimensionar os conceitos de tempo e espaço tornou a notícia um produto ainda mais perecível e, nesse universo dos *bits*, em que a velocidade na circulação das informações é vista como sinônimo de qualidade, trouxe novas responsabilidades para quem faz comunicação on-line, pois acentuou a vulnerabilidade das organizações.

A vulnerabilidade diz respeito ao possível comprometimento da reputação da instituição em razão dos inerentes riscos da tradução, acentuados em função da rapidez exigida na circulação da informação. Além disso, pode-se relacionar o risco de uma interpretação equivocada, por parte de jornalistas dos veículos de comunicação, no momento da divulgação de notícias originadas na assessoria de imprensa do STJ.

Maristela Mafei apud Santos (2007, p. 18) alerta:

Em tese, uma matéria veiculada no rádio, na tevê, Internet ou publicada pela mídia escrita é -ou deveria ser -nada mais do que reconhecimento público que a sociedade, por intermédio da imprensa, faz do assunto abordado, e por consequência, do trabalho das pessoas que estão por trás daquelas realizações. Mas a notícia veiculada pode ou não fornecer a percepção correta da realidade abordada. E isso vai depender de como o assunto chega ao jornalista, de como as informações são apuradas e editadas, do acesso a fontes e dados corretos, da experiência, autonomia e ética do profissional da imprensa, bem como da isenção do veículo ao qual ele pertence. (MAFEI, 2007, p. 18)

No que diz respeito ao Superior Tribunal de Justiça, a linguagem jurídica constitui-se em uma dificuldade adicional a ser enfrentada no que se refere à democratização da informação. Conforme já destacado anteriormente, embora a linguagem jurídica possa se despir de um excesso de retórica, mostrando-se mais compreensível para o cidadão comum, a mesma reveste-se de um caráter técnico, que provê identidade ao Poder Judiciário, além de suprir necessidades próprias das atividades ligadas ao exercício do Direito.

No STJ, a divulgação de notícias por meio da internet apresenta dificuldade

também no que se refere à captação da notícia visto que, em alguns casos, o magistrado e sua assessoria, por razões diversas, não assumem a divulgação de seus julgados como uma boa prática a ser adotada para tornar a informação conhecida do público, o que dificulta o trabalho da assessoria de imprensa.

4.4.1.1. A vulnerabilidade do STJ

Conforme relata Santos (2007, p. 90), a vulnerabilidade a que se expõe a Corte, quando da divulgação de notícias pela internet, pode ser exemplificada no episódio da divulgação de uma matéria tratando sobre o uso de celular em presídio.

Uma das Turmas de Direito Penal concedeu habeas-corpus a um detento para que não lhe fosse retirado o direito à remissão da pena [a cada três dias trabalhados o condenado tem direito a descontar um dia da sua pena] por ter sido considerado falta grave o uso de celular em presídio.

Por desconhecimento jurídico, grande parte da imprensa divulgou que o STJ considerava legal o uso de celulares por presos nas penitenciárias brasileiras. Dias antes, graves acontecimentos em São Paulo redundaram na maior crise de segurança pública vivida pelo Estado em 2006. Estava armada a crise.

A decisão, na verdade, dizia respeito a um aspecto da Lei de Execuções Penais, que não prevê como falta grave o porte de celular em presídio. Em uma tentativa de tradução, o que aconteceu foi que a comissão de sindicância considerou falta grave a posse de telefone celular por um determinado detento, que, por determinação do juízo da execução penal, a cada três dias de trabalho tem direito de ver descontado um dia da pena a ser cumprida. Com a falta grave, o preso perde esse desconto na pena.

O que exatamente o Tribunal concedeu? Que fosse retirada da folha de antecedentes e do roteiro de penas do preso a anotação de falta grave por falta de legislação que permitisse a perda dos dias. Esse equívoco da imprensa gerou semanas de noticiários negativos ao tribunal. Ainda houve veículo que insistiu que o tribunal tinha que ser mais responsável em suas decisões e julgar com o pensamento nas consequências. A crise foi debelada com entrevista do ministro relator do processo à Rádio CBN e a outros veículos que procuraram a assessoria.

(...)

É preciso ter cuidado com o que se divulga. A lição que se tira dessa veiculação sobre a questão do celular é que, mesmo correta, uma notícia pode trazer danos aos envolvidos. "Pois, apesar de correta, ela pode ser negativa", explica Mafei (2007, p. 20).

Gerar notícia é a função de toda Assessoria de Imprensa, mas a preocupação com a imagem da instituição não deve ser relegada a um segundo plano. Isso é decisivo na escolha do assunto a ser divulgado, ainda que seja fundamental "alimentar" a imprensa com boas notícias.

4.4.1.2. Linguagem jurídica

Conforme afirma Silveira (2009), considerando que toda a língua alienígena, assim como a linguagem técnica, precisa ser traduzida, tal necessidade fez surgir, a partir dos anos 90, no âmbito do Poder Judiciário, um novo profissional na área de comunicação, ligado às assessorias de comunicação dos órgãos do Poder Judiciário, responsável por traduzir para a linguagem jornalística, as informações produzidas em linguagem jurídica tradicional, pelos magistrados.

Segundo Silveira (2009, p. 11)

O trabalho junto ao Superior Tribunal de Justiça tem revelado que é possível a coexistência da linguagem jurídica tradicional com uma organização preocupada em revelar-se à sociedade. Formada por graduados em jornalismo e, na maioria, servidores concursados, a assessoria realiza a cobertura de todas as sessões de julgamento do Tribunal –ordinariamente, 44 ao mês. Ali, apura-se jornalisticamente o que é relevante não só para a organização como para seus públicos – cidadãos, operadores do Direito, imprensa, etc. De posse do material produzido nos gabinetes dos ministros (relatórios e votos), os servidores jornalistas traduzem para a linguagem do cotidiano as teses enfrentadas na Corte e os dramas vividos por personagens ilustres e curiosos que procuram a Justiça. O resultado está na sala de notícias da página eletrônica do STJ, onde a atualização de informações é constante, inclusive aos domingos. O site do STJ é o único entre os Tribunais Superiores que divulga o número de acessos de suas notícias.

A partir da Constituição de 1988, novas posturas são exigidas daqueles que atuam na área pública, de forma a possibilitar a prática das prerrogativas sociais e liberdades individuais, advindas das novas disposições constitucionais. Com o advento de tais conquistas sociais impôs-se mudanças culturais nas organizações que, no caso do Poder Judiciário, fizeram-se sentir também, no relacionamento entre os magistrados e sociedade, por meio do trabalho de jornalistas vinculados a essas instituições.

Conforme destaca Silveira (2009, p. 28), muitos magistrados têm se adaptado a essa nova cultura, seja colaborando com o trabalho dos jornalistas vinculados aos tribunais, seja concedendo entrevistas à imprensa.

Tornar o ininteligível compreensível não só ao jornalista, mas ao cidadão comum é um dos objetivos das assessorias de imprensa dos órgãos do Poder Judiciário. Desde o surgimento da internet e, por consequência, dos sites corporativos dos tribunais, o alvo da divulgação de informações judiciais passou a ser a sociedade como um todo. Por isso, a linguagem jurídica deve passar por uma tradução para a linguagem jornalística... o que cabe ao jornalista que trabalha nas assessorias de imprensa dos tribunais, tarefa que se insere na

nova cultura do Judiciário, mas que não ambiciona uma mudança de identidade das organizações. (SILVEIRA, 2009, P. 29).

Traduzir a linguagem técnica jurídica para a linguagem jornalística, de forma intralingual, que “consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua” (JAKOBSON, 2007 apud SILVEIRA, 2009, p. 33), significa reescrever o texto, tarefa que, além da dificuldade inerente em razão de ser exigido do profissional essa vivência jurídica, traz consigo outras dificuldades a exemplo da certa resistência dos magistrados em divulgar sua decisão jurídica com uma roupagem mais simples, de certos julgados, por decisão da parte dos magistrados, destinarem-se, unicamente, às partes, e não à sociedade em geral, além do risco de perda de clareza.

Produzir informações notícias, a partir de textos jurídicos, constitui-se em desafio desde o primeiro instante pois, para Ricoeur (2005, apud SILVEIRA, 2009 p. 35), dada a inibição que a ideia de não “traduzibilidade” de todo o original provoca, além do desafio que se constitui vencer tais zonas de “intraduzibilidade”, disseminadas no texto, a tradução convive com o drama da perda que, segundo afirma Ricoeur (2005), é inevitável, *“Recheada de terminologia técnica e linguagem científica, a decisão judicial, ao ser traduzida para a linguagem coloquial, em geral, diminuiu em tamanho, em complexidade, em detalhamento, em estilo.”*

No sentido de promover a simplificação da linguagem utilizada nas decisões da Corte - com vistas à divulgação das mesmas ao público externo - embora não exista unidade técnica ou procedimentos específicos para tal fim, a Coordenadoria de Editoria e Imprensa, da Secretaria de Comunicação Social do STJ, por meio de seus jornalistas, previamente orientados para a função, ao redigir as matérias que serão divulgadas no sítio do Tribunal, procura simplificar a linguagem dos votos e relatórios proferidos pelos magistrados.

Conforme informado, ainda, pela Coordenadoria, ainda não existe iniciativa administrativa no sentido da unificação e/ou simplificação da linguagem jurídica utilizada no âmbito do STJ, tendo sido dos profissionais de comunicação, a iniciativa de simplificação da linguagem, nos moldes em que é feita atualmente.

4.4.1.3. Captação da informação

Os magistrados, em razão da restrição legal imposta pelo artigo 36, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) -Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979, que proíbe expressamente que o juiz se manifeste sobre processo de

outrem, muitas das vezes, constituem-se fontes de informações do jornalista no que se refere às decisões proferidas em processos por ele julgados.

Segundo informado pela Coordenadoria de Editoria e Imprensa, no que se refere ao relacionamento entre a assessoria de imprensa e os magistrados, ainda não se consolidou a política de comunicação da Corte que pretende dar maior visibilidade e transparência às decisões da instituição. De maneira geral, não são verificadas iniciativas dos gabinetes dos ministros no sentido de oferecerem matérias que possam ser veiculadas na internet, de forma que todo o esforço na captação da informação, produção e distribuição da notícia, ficam a cargo da Coordenadoria.

No entanto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução nº 85, de, 8 de setembro de 2009, que cria uma política nacional de comunicação para o Poder Judiciário, cujo objetivo é aprimorar a comunicação entre os Tribunais e o público externo, com a adoção de uma linguagem clara e acessível que possibilite a transparência das informações. Esse trabalho será exercido pelo Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS) do qual fará parte a Assessoria de Comunicação do CNJ e as demais áreas de comunicação dos tribunais superiores, tribunais estaduais e tribunais federais.

De acordo com a Resolução, a medida é necessária “considerando a crescente exigência da sociedade por uma comunicação de maior qualidade, eficiência e transparência, capaz de facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços do Poder Judiciário”.

Para Tanto, a Resolução instituiu que as ações de Comunicação Social do Poder Judiciário deverão ser desenvolvidas e executadas tendo como objetivos principais: divulgar, de forma sistemática, em linguagem acessível e didática, os direitos do cidadão e os serviços colocados à sua disposição pelo Poder Judiciário, em todas as suas instâncias; disseminar informações corretas sobre assuntos que sejam de interesse público para os diferentes segmentos sociais e que envolvam as ações do Poder Judiciário; incentivar, no âmbito dos magistrados e servidores, através da comunicação, a integração com as ações previstas na Resolução, de modo a garantir a eficácia dos objetivos nela colimados; e promover o Poder Judiciário junto à sociedade de modo a conscientizá-la sobre a missão exercida pela Magistratura, em todos os seus níveis, otimizando a visão crítica dos cidadãos a respeito da importância da justiça como instrumento da garantia dos seus direitos e da paz social.

Atualmente a assessoria de imprensa ainda encontra dificuldades na captação de informações para a produção de notícias também em razão da exigência de alguns magistrados no sentido de apreciarem previamente à divulgação, o texto da notícia a ser veiculada quando se refere a decisões por eles proferidas.

Aliada às dificuldades relacionadas à disponibilização da informação, a Coordenadoria ressalta, ainda, que parte dos magistrados não aceita conceder entrevistas ou outras ações que representem uma maior aproximação com a imprensa.

4.4.2. O cidadão se interessa pelas decisões do STJ?

A Coordenadoria de Editoria e Imprensa, da Secretaria de Comunicação Social do STJ, visando conhecer que tipo de notícia mais interessa aos leitores, realizou, em 2009, um levantamento do número de acessos a notícias que tratam de assuntos que interessam diretamente ao cidadão, isto é, que têm influência no seu dia-a-dia.

Foram destaques aquelas notícias que se referem a celebridades. Como exemplo, a matéria intitulada *Xuxa, Marlene Matos e Rede Globo deverão pagar indenização por plágio, até o dia 25 de setembro de 2009*, foi acessada 25.288 vezes, enquanto a matéria *Deixar de anotar carteira de trabalho é crime de competência estadual*, foi acessada apenas 10297 vezes.

No dia 02.09.2009, foram publicadas, simultaneamente, duas notícias: a primeira diz respeito à limitação de sessões de radioterapia e de quimioterapia a pacientes que são usuários de planos e seguro de saúde; a segunda trata da condenação de uma escola de samba do Rio de Janeiro em face de uma atriz global. Até o dia 25.09, a primeira matéria teve 6.844 acessos, contra 14.719 de acessos referentes à condenação da escola de samba.

A pesquisa parece revelar o pouco interesse do público, em geral, com a interpretação que o Judiciário dá aos fatos que envolvem direitos e garantias do cidadão, para aquelas decisões relevantes para o exercício pleno da cidadania, tendo sua curiosidade despertada, no entanto, para os fatos corriqueiros do seu dia-a-dia.

Essa mesma constatação pode ser feita em relação aos veículos de comunicação responsáveis pela divulgação de notícias. A manchete envolvendo a apresentadora da Rede Globo lotou o universo virtual e foi destaque tanto nos sites de informação jurídica quanto nos sites especializados na vida de celebridades como o Fuxico, Folha Ilustrada e Babado, enquanto a notícia referente à carteira de trabalho foi comentada apenas nos sites especializados em assuntos jurídicos.

5. CONCLUSÃO

Em razão da crescente exigência da sociedade por uma comunicação de maior qualidade, eficiência e transparência, capaz de facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços do Poder Judiciário, as organizações têm se preocupado em criar as condições necessárias que favoreçam à implementação de políticas visando o incremento na comunicação interna e a divulgação externa de seus produtos.

A relevância do tema passou a ser reconhecida, de forma mais direta, com o advento da Resolução nº 85, de 8 de setembro de 2009, mediante a qual o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão do Poder Judiciário responsável pelo aperfeiçoamento do serviço público de prestação da Justiça, estabeleceu os objetivos e instituiu as ações de Comunicação Social, a cargo dos diversos órgãos do Poder Judiciário, com vistas a aprimorar a comunicação com o público externo, um dos Objetivos Estratégicos do Judiciário, “com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional”

Essa tendência, no entanto, já tem sido observada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, desde 1996, tem investido em tecnologia, em recursos humanos e no desenvolvimento de uma cultura organizacional que privilegia a comunicação institucional com a sociedade.

Grande parte dos esforços empreendidos pelo STJ na divulgação de seus julgados tem sido direcionado no sentido de inserir a Corte no mundo da comunicação digital e a utilização da Internet tem sido a principal ferramenta utilizada pelo STJ para o alcance do cidadão.

Uma avaliação acerca da evolução do número de acessos às notícias veiculadas pelo STJ em seu portal institucional demonstra as vantagens advindas do investimento público em comunicação digital, em especial no que se refere à possibilidade de democratização da informação e de acesso à justiça. A internet não para de crescer, em infraestrutura e no seu uso como serviço. Crescem o número de computadores conectados, o número de usuários e a facilidade de acesso. As possibilidades parecem ser infinitas.

O Superior Tribunal de Justiça, embora conte com adequado suporte tecnológico e profissional, encontra na própria natureza de suas atividades algumas importantes dificuldades que afetam o processo de produção e divulgação de notícias originárias de seus julgados. Nesse sentido, a complexidade da linguagem jurídica, por constituir-se linguagem técnica, aliada aos eventuais abusos da retórica, ainda

representa a grande dificuldade a ser transposta pelo Poder Judiciário em seu esforço de aproximação da sociedade.

Embora o Tribunal proceda a levantamento acerca do número de acessos às notícias postadas em seu portal, não existem indicadores que permitam aferir se o nível de acesso, pela população, às decisões divulgadas pelo portal do STJ sofre influência da linguagem utilizada e em que medida a simplificação da linguagem jurídica estaria afetando o público externo.

Por outro lado, apesar de não existirem indicadores que permitam avaliar se a divulgação, pela internet, das decisões do STJ, tem contribuído no esforço de universalização da justiça, a presente pesquisa permitiu constatar que o número de acessos às notícias versando sobre decisões proferidas pelos magistrados da Corte tem aumentado significativamente, ano a ano, desde 2007, o que indica uma maior aproximação entre o órgão e a sociedade.

Finalmente, a presente pesquisa não logrou obter informações que permitissem concluir acerca da influência da divulgação de notícias pelo portal no fortalecimento da imagem do STJ, perante a sociedade. Considerando, no entanto, que os números revelam o interesse crescente do cidadão por assuntos tratados no âmbito do Tribunal, a divulgação de notícias relativas à produção de julgados pelos magistrados parece-nos ser uma valiosa oportunidade para que o Poder Judiciário reverta a ideia de parte da população que acredita que a justiça é lenta e inoperante.

Verifica-se, portanto, que o Tribunal da cidadania encontra-se cada vez mais exigido, conforme restou claro por ocasião do episódio Operação Caixa de Pandora, quando o STJ recebia mais de 200 telefonemas diários por cidadãos que buscavam informações sobre o caso.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Custódio Luis. **Hermenêutica e Dialética**: dos estudos platônicos ao encontro com Hegel. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ARAGÃO, Simone de Souza Correia. **Linguagem clara: uma questão de justiça** – os ministros do STJ na TV. Brasília: Instituto de Educação Superior de Brasília, 2007.

CÂMARA JR. J. Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**. São Paulo: Lozon Editor, 3ª edição, 1968.

CANALE, M. . **De la competencia comunicativa a la pedagogía comunicativa del lenguaje**. In: M.LLOBERA. Competencia comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madrid: Edelsa, p.63-81, 1995.

CHAGAS, Carmen Elena. **A língua: a leitura e a escrita como elo integrador**. In Anais do XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro, 2007.

CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de Imprensa** - Como fazer. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

DUARTE, E. . **Por uma epistemologia da comunicação**. In: M.I.V. LOPES (org.). Epistemologia da comunicação. São Paulo, Loyola, p.41-54, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. SANTOS, Carlos. **Língua + Linguagem = Comunicação**. In Anais do XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Lucy. **Fundamentos de Linguística** - Parte I Visão sincrônica. In Apostila do Curso de pós-graduação lato sensu em Língua Portuguesa com ênfase em produção textual. Brasília: Instituto de Educação Filadélfia, 2010.

SANTOS, Regina Célia Amaral. **No mundo on-line, um novo tipo de mediação**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2009.

SILVEIRA, Sheila Messerschmidt. **Linguagens e identidades em tradução intrassemiótica**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2009.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

ADGHIRNI, Zélia Leal; RIBEIRO, Gilseno de Souza Nunes. **Jornalismo online e identidade profissional do jornalista**. Disponível em <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1510.html>. Acesso em 19/3/2010.

AGUIAR, Giseli Adornato. **Um pouco de história**. Disponível em http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/voxscentiae/giseli_adornato_aguiar_38.htm. Acesso em 7/01/2010.

ARNT, Hérís. **Do jornal impresso ao digital**: novas funções comunicacionais. In Revista Brasileira de Jornalismo. Núcleo de Estudos de Jornalismo – Intercom. Disponível em <http://www.unaberta.ufsc.br/artigo5.htm>. Acesso em 28/3/2010.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Relatório de Gestão – Exercício 2007**. Disponível em https://intrasec.stj.jus.br/intranetstj/Unidades/planejamento_estrategico_edicao_pagina/RelatorioGestao2007.PDF. Acesso em 20/3/2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Relatório de Gestão – Exercício 2008**. Disponível em https://intrasec.stj.jus.br/intranetstj/Unidades/planejamento_estrategico_edicao_pagina/Relatorio_Gestao_2008_STJ.pdf. Acesso em 20/3/2010.

DIGITAL, Marketing. **Número de crescimento da INTERNET em 2009**. <http://www.insoonia.com/numeros-de-crescimento-da-internet-em-2009/>. Acesso em 03/4/2010.